

# Ministro assume presidência do TSE

# 'Bolsonaro atua pela ruína da democracia', aponta Edson Fachin

Rosinei Coutinho - STF



**“Não vamos tolerar os intolerantes. Todos terão que aceitar o resultado”**

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que assumiu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na terça-feira (22), denunciou as ameaças feitas por Jair Bolsonaro ao processo eleitoral brasileiro. “Não vamos tolerar os intolerantes. Quem defende intervenção militar, quem defende fechar um Poder ou um tribunal como o Supremo Tribunal Federal e quem discute inexistente fraude em urna eletrônica não está discutindo urna eletrônica, está discutindo a ruína da democracia”, afirmou. **Página 3**

**HORA DO POVO**  
ANO XXXII - Nº 3.844 23 de Fevereiro a 1º de Março



**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

Tânia Rego - ABR

## “Modelo elétrico brasileiro está todo errado e deficiente”, diz Ildo

“Nos encontramos hoje talvez entre um dos períodos mais críticos da história brasileira. Tenho esperança de que podemos mudar e vamos mudar fazendo o diagnóstico do que

aconteceu, vamos construir alternativas”, afirmou o professor Ildo Sauer, professor titular do Instituto de Energia da USP, ex-diretor da Petrobrás e uma das maiores autoridades

brasileiras em energia. Ildo foi convidado pelo tradicional e combativo Clube de Engenharia para dissecar, no Seminário “A crise dos combustíveis e da eletricidade: Soberania e

desenvolvimento nacional”, as causas da crise energética brasileira, tanto na eletricidade quanto nos combustíveis derivados do petróleo. Ele falou também das consequências para o país da insistência do governo Bolsonaro em privatizar a Eletrobrás. O HP publica hoje a primeira parte da palestra, sobre a crise no setor elétrico. **Página 2**



## Falta de equipamentos dificulta ação de bombeiros em Petrópolis

As mortes provocadas pela chuva da última semana em Petrópolis, na região serrana fluminense, chegam a 178, segundo informações do Corpo de Bombeiros, na segunda-feira (21). As equi-

pes trabalham dia e noite no resgate de vítimas. Além dos corpos encontrados, os bombeiros retiraram 24 pessoas com vida. O número de mortes tende a crescer nos próximos dias, já que foram

computados pela Polícia Civil 110 desaparecidos após o temporal que arrasou a cidade. Mensagens internas dos bombeiros revelam que o trabalho tem sido prejudicado pela falta até de equi-

pamento de proteção individual, como capacetes, luvas e galochas. É necessário, pelo menos, 250 capacetes, cem luvas, mil máscaras, 200 lanternas, 240 enxadas e 250 pares de galocha. **Página 4**

## D'Araújo: governo doa Eletrobras

“Se uma empresa que só tem transmissão – e muito menos transmissão do que a Eletrobrás – e não tem nenhuma usina vale 44 bilhões

de dólares, como é que a Eletrobrás vai valer 10 bilhões de dólares?”, denuncia Roberto Pereira D'Araújo, diretor do Ilumina, ao HP. **Página 2**

## Senadores da CPI: Aras “é subserviente a Bolsonaro” e tenta “acobertar criminosos”

Os senadores da CPI da Covid voltaram a rebater as declarações do procurador-geral da República, Augusto Aras. Em nota, 13 senadores que integraram a CPI e con-

tribuíram com as investigações desmontam as farsas do procurador-geral da República. Mais de 100 dias após a conclusão da CPI, a PGR não abriu nenhum inquérito. **Página 3**



## O miliciano e o carniceiro

Depois repetir slogan integralista e de chamar o fascista húngaro Viktor Orban de “meu irmão”, Bolsonaro convidou o príncipe saudita Mohamed bin

Salman para visitar o Brasil. Salman mandou matar o jornalista Jamal Khashoggi, esquartejado em 2018 no consulado saudita em Istambul. **Pág. 3**

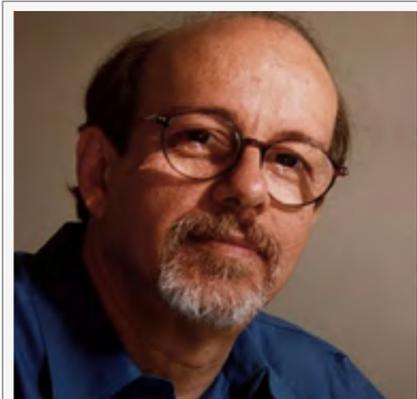
## Na guerra comercial aberta por Washington é a China que está vencendo de 3 a 0

Em comércio, crescimento econômico e inflação, a China está no topo e as sanções dos EUA falharam miseravelmente, afirma o economista John Ross. “A situação econômica é a

principal força motriz por trás da queda do apoio de Biden. Pesquisas mostram que 68% dos americanos consideram a economia o problema mais importante que enfrentam”. **P. 7**

# Rússia denuncia na ONU escalada dos EUA na Ucrânia

Pág. 6



## Roberto D'Araújo é diretor do Illumina D'Araújo: governo quer doar a Eletrobrás com potencial impressionante

“A Eletrobrás não pode valer um quarto de uma empresa inglesa, que tem muito menos transmissão do que Eletrobrás e nenhuma usina”, afirmou o especialista Roberto Pereira D'Araújo, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Illumina), em entrevista ao HP, ao comentar a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que autorizou o governo Bolsonaro a dar continuidade ao processo de privatização da Eletrobrás.

Citando o site Statista, que publicou dados sobre as grandes empresas, “as mais valoradas”, Roberto D'Araújo destacou que a décima colocada é a inglesa National Grid, “uma empresa que só tem transmissão, não tem nenhuma usina e vale US\$ 44 bilhões”.

“Se uma empresa que só tem transmissão – e muito menos transmissão do que a Eletrobrás – e não tem nenhuma usina vale 44 bilhões de dólares, como é que a Eletrobrás vai valer 10 bilhões de dólares?”, questionou o engenheiro eletricitista. “E doar de graça uma empresa com um potencial impressionante”.

Para o especialista, o “custo marginal de potência”, levantado pelo ministro do TCU Vital do Rêgo “é coisa que nós não sabemos, é uma coisa para ser implantado. Ainda não há. Por exemplo, todo o setor residencial e o setor comercial de baixa tensão não têm sinal de preço de tarifa de potência. Como é que o Brasil vai, sem essa experiência, saber quanto é que vale potência?”

“O sistema hidráulico, as usinas, as turbinas que eles colocam não são só para atender essa geração mínima”, continuou o especialista. “Por exemplo, quando você tem muita água, você precisa aproveitar e gerar. Então, as usinas hidráulicas brasileiras, com raras exceções, elas já têm potência. Não é o sinal de potência que faça o investidor investir em potência. Um sistema hidráulico, ainda mais num clima tropical como o nosso, com variações de afluências muito grandes, ele já tem essa potência. Uma parte destas turbinas, elas são extra energia, estão ali para quando precisar usar tudo. Então, a ideia do Vital é tentar trazer essa questão de que a Eletrobrás não pode valer um quarto de uma empresa inglesa, que tem muito menos transmissão do que Eletrobrás e não tem uma usina. A Eletrobrás tem 72 mil km. Se você pegar a distância lá do Reino Unido, onde a National Grid tem sua rede de transmissão, é 72 vezes, porque o Reino Unido são mil km Norte a Sul. As linhas de transmissão da Eletrobrás passeiam por um território que de Norte a Sul tem 4 mil km e de Leste a Oeste também. Eu fico com pena do Brasil. O Brasil vai ser uma espécie de um bobalhão do mundo ao vender a Eletrobrás por este valor”, criticou D'Araújo.

O especialista ressalta que essa discussão “coloca o TCU em armadilha”. “Porque ele fica examinando esses números e esses números todos dependem das decisões que foram tomadas no passado, e elas são muito contestáveis, como, por exemplo, a chamada garantia física das usinas – que é um certificado emitido pela EPE [Empresa de Pesquisa Energética], com a aprovação da Anel – esse certificado, há muitas dúvidas. Cada usina vende uma quantidade de energia que não é exatamente a geração dela. Ela vende uma quantidade de energia que é obtida por este certificado. É um número que você não encontra nem na turbina nem no gerador. É um modelo matemático”.

“Muita gente, inclusive as pessoas que são favoráveis à privatização da Eletrobrás, sabem que este número está errado. Por exemplo, as hidráulicas não conseguem mais ter essa capacidade de geração. Primeiro, porque há uma dívida muito grande sobre a questão ambiental. A gente não sabe se as vazões que nós temos nos rios são as mesmas vazões do passado. Esses números todos foram definidos por vazões históricas”, afirmou.

“Na minha visão, enquanto não se fizer uma revisão total do sistema, como é que se calcula isto? Qual é a garantia física das hidráulicas? Qual é a garantia física das térmicas? A gente não pode saber o valor da Eletrobrás”, afirmou Roberto D'Araújo, que condena a privatização da Eletrobrás. “Países que têm essa matriz hidroelétrica não privatizaram. Canadá, Estados Unidos, Suécia, Noruega, China, Índia, nenhum desses países têm a maioria do seu setor elétrico na mão privada, pelo contrário”, afirmou o especialista.

ANTONIO ROSA

# “Modelo elétrico está errado e deficiente”, alerta Ildo Sauer

Em seminário no Clube de Engenharia, Ildo Sauer afirma que “nos encontramos hoje talvez entre um dos períodos mais críticos da história brasileira”. “Tenho esperança de que podemos mudar, e vamos mudar fazendo o diagnóstico do que aconteceu, e construir alternativas”, destacou o professor da USP

**O** tradicional e combativo Clube de Engenharia convidou o professor Ildo Sauer, professor titular do Instituto de Energia da USP, ex-diretor da Petrobrás e uma das maiores autoridades brasileiras em energia, para dissecar, no Seminário “A crise dos combustíveis e da eletricidade: Soberania e desenvolvimento nacional”, as causas da crise energética brasileira, tanto na eletricidade quanto nos combustíveis derivados do petróleo. Ele falou também das consequências para o país da insistência do governo Bolsonaro em privatizar a Eletrobrás.

Apesar de Ildo Sauer caracterizar a crise dos dois setores, energia Elétrica e Petróleo, como uma só crise do setor energético brasileiro, para efeito apenas de sistematização, a Hora do Povo publica hoje a primeira parte da palestra, sobre a crise no setor elétrico e, na sequência, publicaremos a segunda parte onde Ildo destrincha os problemas causados pelo desmonte da Petrobrás pelo governo Bolsonaro.

## ILDO SAUER

Os permanentes problemas com a ameaça de desabastecimento do setor elétrico, que é uma indústria de rede – que tem que ter condições de atender a sua demanda –, e o renovado debate atual sobre a questão dos preços dos combustíveis, são questões muito antigas. Elas não são recentes. Elas são uma construção histórica. Nas quais, entre as idas e vindas, avanços e retrocessos, nos encontramos hoje, talvez, entre um dos períodos mais críticos da história brasileira. Para enfrentar esse problema, propus um roteiro para este debate que é bastante amplo, no qual eu vou primeiro fazer um breve preâmbulo para tratar da apropriação social da energia, evolução humana, produção e desenvolvimento.

O que é que tem a ver com a história da Humanidade a apropriação da energia? Nós, desde que nos tornamos nossos ancestrais, só sobrevivemos porque fomos capazes de capturar aleatoriamente o que é energia natural, propiciada essencialmente pela fotossíntese nos permitia. Esse é o maior período da história humana. A nossa existência como vida social, em grupos, foi garantida pela energia. Isso não é reconhecido na academia, pelo menos na profundidade e dimensão que deveríamos.

A revolução agrícola nos libertou da aleatoriedade da fotossíntese – organizando-a, selecionando animais, plantas-, direcionando o esforço humano para a produção, que teve enorme impacto. Mesmo assim, em cerca de 12 mil anos de revolução agrícola, nós passamos de cerca de 20, 30 milhões de habitantes do planeta, para 700 milhões. O grande impacto na transformação da vida humana no planeta, em todos os sentidos positivos e com suas consequências, veio exatamente da capacidade de nos apropriarmos da energia, não só de fluxo, que vem através especialmente do sol, parcialmente também da energia geotérmica gravitacional, mas o sol que nos proporciona a fotossíntese, o ciclo hidrológico, a movimentação das massas eólicas e tudo mais que garantiu nossa existência até aqui.

E o primeiro grande assalto aos estoques de energia acumulada ao longo de bilhões de anos foi ao carvão, através da combustão, do motor à combustão, da máquina a vapor. Passamos de 700 milhões de habitantes em 150 anos, até 1900, para 1,7 bilhão de habitantes, 1 bilhão de aumento em 150 anos.

Com o avanço da Ciência, da Tecnologia, da Termodinâmica, do Eletromagnetismo, da Química, da Biologia, no transpassar o Século 19 para o Século 20 uma nova estrutura da apropriação social da energia veio junto com o sistema capitalista de produção, já encetado junto com a revolução industrial. Então, nos últimos 100 anos, que é a era da eletricidade, a era do petróleo, passamos de 1,7 bilhão para 6,7 bilhões de habitantes na virada do milênio, agora pouco mais de 7 bilhões de habitantes. Portanto, este preâmbulo é para demonstrar claramente o quanto a apropriação social da energia, sua organização na estrutura produtiva, permitiu incrementar extraordinariamente a produção do trabalho humano.

Eu só citei os números da população, mas a apropriação e a transformação da natureza, também foram destaques. Junto com isto vieram, além das consequências,

hoje muito debatidas no campo de equilíbrio ambiental, as questões sociais, a distribuição, a questão da equidade. Se produzimos essa extraordinária capacidade de crescimento de infraestrutura, ao mesmo tempo nunca neste planeta há e houve tanta gente miserável, passando fome. Então, aumentamos extraordinariamente as disparidades. E é nesse contexto, inicial, que nós temos que compreender a transição no Brasil.

Nós éramos um país essencialmente agrícola até os anos 30, quando passamos a nos apropriar diretamente da segunda fase da revolução industrial. A vertente elétrica, eletromagnetismos, geração, transmissão e distribuição. São vários modelos, e, em seguida, a compreensão imediata do quantas vantagens nos trouxe a flexibilidade que o motor à combustão interna, inicialmente feito de biocombustível (óleo de amendoim e etanol), em seguida a partir de 1910, 1920 com a hegemonia e predominância do petróleo, passou a ser com derivados de petróleo. Não por uma determinação pessoal, mas por uma condição tecnológica, natural e econômica. A produtividade do trabalho humano para arrancar petróleo na natureza era muito maior do que a aplicada em outros segmentos.

É nessa estrutura que o Brasil adentrou nos anos 30. Permanecemos nela, inclusive durante a ditadura militar. Neste campo estratégico econômico, há uma certa coerência com o neokeynianismo. A grande mudança estrutural passou a existir a partir do final dos anos 80, início dos anos 90, Consenso de Washington, reestruturação liberal, resposta à crise capitalista internacional e suas consequências, que aqui (no Brasil) só foi implementada a partir de 95, no governo FHC efetivamente, ainda que Collor tenha tentado.

Daí passamos de uma transição da hegemonia da esfera da produção, da organização social da produção, onde a energia, a vertente de petróleo, a vertente elétrica, cumprem um papel essencial, para a hegemonia da esfera da apropriação financeira dos excedentes.

O sistema capitalista comercial, que enctou o mercantilismo no capitalismo industrial em 1700, a partir dos anos 80 e 90, no mundo inteiro e particularmente no Brasil, passou a ser hegemonizado pela esfera da sucção de excedente econômico pelos mecanismos financeiros. É e isto que marca o grande ataque que está se consumando, hoje e agora, sobre as grandes construções históricas do povo brasileiro, o sistema Eletrobrás, o sistema Petrobrás, ao lado dos outros que não mencionarei aqui. BNDES, Telebrás e por aí fora. E tem suas consequências.

Portanto, a gênese e a permanência da crise no setor energético é fruto destas disputas sobre a organização da produção, da estrutura industrial e da apropriação do excedente econômico na produção e nos preços dos combustíveis e da eletricidade. Essa é a essência da mensagem que eu deixo aqui.

Éramos um país essencialmente agrícola, até 1940, movido a lenha. A entrada do petróleo e da eletricidade, nas suas várias vertentes transformou o Brasil. Em 1940 éramos um país essencialmente agrícola, movido à lenha. A transformação urbana industrial brasileira está baseada essencialmente na penetração do petróleo e seus derivados, da energia elétrica, essencialmente hidráulica por um longo período, produtos da cana, etc.

Feito este preâmbulo, eu pretendo transmitir a mensagem síntese do problema no setor energético brasileiro, que é composto, essencialmente pelos combustíveis (motor ainda de combustão interna, em transmissão para mobilidade elétrica, movido substancialmente a derivados de petróleo e gás, ainda que os biocombustíveis estejam aí) e a eletricidade.

Todos os recursos estão disponíveis para garantir o abastecimento e alavancar o desenvolvimento econômico-social do país. Todos os necessários: os recursos naturais, a capacidade tecnológica e os recursos humanos. Então, a pergunta é por que estamos em crise? Por que o problema dos preços? Por que os problemas das tarifas? Por que a ameaça, que desde os anos 95, 2001, com o racionamento, a crise de 2015 e a crise do ano passado, nos ronda e há ameaça de racionamento permanente?

A crise está no modelo de

organização e gestão desses segmentos e na sua metamorfose, a transição que foi imposta, e que tem fracassado. Ela está vinculada também ao modelo político-social. A estrutura política, que organiza nossa sociedade – que muitas vezes mais desorganiza do que organiza.

Tudo que eu falei a seguir não está vinculado à falta de capacidade humana, tecnológica, de recursos humanos, de recursos industriais, de recursos naturais para eletricidade, e, mercê do esforço feito de 2003 em diante na Petrobrás, consolidando uma trajetória anterior, ao Pré-Sal – que é fruto de uma concertada estruturação estratégica e geopolítica, que foi implementada com base na capacitação construída ao longo das cinco décadas até então da existência da própria Petrobrás. Essa história, algo semelhante se passou com a Eletrobrás, mais conflituosa ainda nos seus primórdios e no seu apogeu.

A Petrobrás e a Eletrobrás foram os baluartes e veículos coordenadores da organização da produção energética, subsidiando ela a produtividade econômica, a urbanização e a industrialização do país. Então, temos no setor elétrico uma ameaça de desabastecimento, explosão de custos e tarifas – custos desnecessários – e o debate sobre a privatização da Eletrobrás. E em combustíveis, sobre os preços e as contradições, temos um debate sobre fatos, reações, mitos, conflitos e disputas, que estão na base muito mais do que a essência da estrutura de recursos naturais, tecnológicos, econômicos e capacidade de organizar a produção.

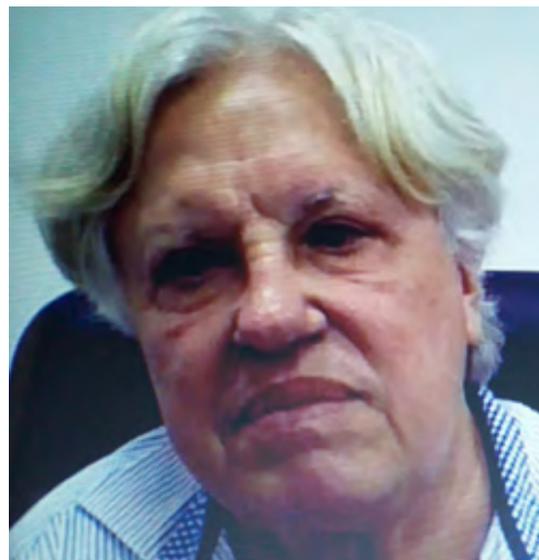
Estamos muito mal, mas temos tudo para mudar, depende de nós. Sobre os escombros do que está sendo hoje entregue à sociedade nestas duas crises, que na verdade é uma crise só, está a esperança de que podemos mudar e vamos mudar, fazendo o diagnóstico do que aconteceu e está acontecendo, e dali construir alternativas. E o Clube de Engenharia certamente tem um papel extraordinário na mobilização da opinião pública, dos corações e das mentes do Brasil, para difundir propostas, promover o debate, admitindo o contraditório, para construir trajetórias e para mobilizar a população pelos seus próprios interesses.

O modelo de liberalização do Fernando Henrique que levou ao racionamento de 2001/2002, a promessa de reforma de 2003, que foi metamorfoseada nos debates em Brasília entre 2003 e 2004, quando ela foi editada, manteve substancialmente uma grande parte dos problemas da liberalização. Eu radico nisso parte dos problemas que nós vivemos hoje.

Nós vivemos num modelo complexo. Havia um modelo alternativo que seria mais coordenado, sem excluir capitais privados, mas abrindo, mantendo a hegemonia pública. Os capitais privados, a produção e o capitais estatais tinham que ser alocados da maneira mais eficiente possível, para minimizar os custos e proporcionar à sociedade a garantia do abastecimento com as trajetórias de menor custo. Tudo isso com a abertura à participação dos recursos emergentes (energia solar, fotovoltaica, eficiência energética etc.). Ao mesmo tempo era necessário garantir a coordenação pública. Mas não foi o que aconteceu. O que foi estruturado foi o “modelo FHC”.

De 2000 e pouco para cá, quando se consolidou a reforma de FHC, iniciada em 95, com prioridade nas termelétricas – que só foram construídas no início dos anos 2009 – tudo se transformou em um enorme ônus para a Petrobrás. Todos sabem do prejuízo de mais de um bilhão e meio de dólares, que teria sido ocasionado, principalmente, por três contratos de termelétricas, da Macaé Merchant, Eletrolt e da Termoceará. Fora as outras todas, os contratos de gás que foram feitos. Houve uma tentativa de reestruturação insuficiente. Quando essas térmicas passam a operar efetivamente, são chamadas a entrar numa transição de modelo que era predominantemente, de 85% a 95% da produção nacional de energia anual era eletricidade das hidrelétricas, começam a entrar as térmicas com um modelo de contratação que nos trouxe até aqui.

Se nós sabemos hoje que o custo da energia fotovoltaica, da energia eólica e das boas hidráulicas está em torno de R\$ 140 o MWh. Nós operamos e geramos energia, de 2012 para cá, nos últimos 10 anos, uma quantidade relativamente pequena, com custos acima de 200



## Ildo Sauer: “A Petrobrás e a Eletrobrás foram os baluartes e veículos coordenadores da organização da produção energética, subsidiando ela a produtividade econômica, a urbanização e industrialização do país”

reais o MWh. Só que custou muito gerar 441000 MWh em 10 anos, cerca de 40 TWh, o Brasil consome 600 TWh por ano. Custou R\$ 220 bilhões. Mais que o dobro da outra opção (energias renováveis). Por isso é que eu costumava dizer que nós queimamos nestes últimos 10 anos, fruto dos modelos que levaram a construção desse portfólio, desse conjunto de estoque usinas, acima de R\$ 200 bilhões, desnecessariamente, como fruto deste modelo.

O grande choque contraditório é este. Por que geramos tanta termoeletricidade a custos tão elevados, se há esse potencial hidráulico toda aqui? Temos cerca de 250.000 MWh, dos quais pouco mais de 100 TWh já foram desenvolvidos. Os remanescentes têm dificuldades sociais e ambientais em alguns casos, mas o potencial eólico do Brasil é muito subestimado. No mínimo ele é três vezes maior do que o hidráulico. E a fotovoltaica, com os parâmetros técnicos da fotovoltaica hoje no Brasil, nós precisaríamos um quadrado de 54x54 Km para gerar 600 TWh. Se colocássemos painéis em cima do Lago de Itaipu, esses painéis produziriam cerca de 46% da energia que é consumida no Brasil. Itaipu em média produz por ano 90 TWh. Itaipu com essa placas produziria 279 TWh, que é 46% do consumo nacional.

É claro, ninguém fala que dá para se fazer fotovoltaica. É verdade também que se despreza a capacidade que o sistema hidráulico brasileiro tem, ao contrário de outros países do mundo que estão investindo muito de armazenagem de energia, as nossas hidrelétricas têm um grande patrimônio, um grande valor, exatamente porque elas estocam cerca de 200 TWh, um terço do consumo anual quando cheias. E isto permite exatamente inserir as ditas intermitentes (fotovoltaicas e eólicas). Fora os outros recursos da biomassa, do biogás e outras coisas mais.

Então esse é o potencial energético que eu quero citar. Apesar disso tudo, nós apenas investimos em termelétricas. E o modelo atual, mesmo a privatização que propõem à Eletrobrás, parte do que será arrecadado vai ser queimado com a obrigação dos acionistas investirem em termelétricas a gás onde não há gás nem gasodutos.

Querem continuar esse desastre econômico que foi posto, e é importante citar, que destes 200 e poucos bilhões que virão da tarifa vermelha, bandeira vermelha, parte disto foi obtido com empréstimo que será pago pelas gerações futuras. Porque consumiu-se essa energia nos últimos anos e vai-se pagar nos próximos anos.

O modelo elétrico está completamente errado e está deficiente. Segundo o IBGE, a população brasileira deverá chegar a 230 milhões em 2045 aproximadamente. Atualmente nós produzimos 600 TWh e consumimos 500 TWh, se quisermos chegar ao padrão europeu, precisaríamos chegar a 1.100 TWh, que seria o dobro do atual. Para isso, o potencial das hidricas, que eu citei, dá 1.100 TWh, da eólica, no mínimo 2.300 TWh. A voltaica, não vou dizer que é infinita, mas quase. E o custo delas, como mostrarei, é muito inferior ao das térmicas, que de 1995 para cá, mais precisamente, depois de 2012, quando foram ligadas permanentemente, só fizeram encarecer as tarifas. De maneira que essa é uma tragédia brasileira. Temos recursos e temos um fracasso do modelo adotado.

Por que nós contratamos tantas termelétricas se há um leilão de contratação que diz como se contrata? Porque, na hora do leilão, comparasse o custo de uma fotovoltaica, do maior de uma hidráulica,

que só tem custo de capital, com termelétricas sem o combustível proporcional. Na hora do leilão, estima-se que elas vão operar poucas horas por ano, depois elas operam como em 2010, 11, 12 até 2015, e o ano passado, continuamente. Daí vem aquele custo de mais de 200 bilhões, desnecessários, fruto do modelo que está atrapalhando o desenvolvimento e impondo ônus à sociedade, fora a permanente ameaça, traduzida com ameaça que vem da natureza, mas não vem da natureza. Nós conhecemos como se comporta a hidrologia, a ecologia e o sol.

A imprensa diz que a culpa é da natureza, mas a natureza não tem culpa. Ela não se comportou diferentemente do que tinha se comportado antes. Por mais que o ano passado tenha sido tão crítico como os anos de 1954 e 1955. A desgraça está na mudança da hegemonia das hidráulicas, dando lugar à hegemonia das térmicas. Até 2010 a energia hidráulica que poderia ser complementada com a eólica e a fotovoltaica, passou a ser complementada com carvão, com gás natural, com óleo combustível e diesel.

O mercado livre que foi criado é outra desgraça. Alguns poucos, uns 600 consumidores, consomem um quarto da energia e pagam muito abaixo do custo. Nos leilões compara-se o custo de produção das fotovoltaicas, custam cerca de 20 dólares o MWh, da solar, 35 dólares, da hidráulica, 58 dólares com as térmicas pelo custo de produção mais o combustível. Só que dizem que vão usar por poucos dias as termelétricas. Só que isso não é verdade. E o combustível da maior parte delas, custa acima de 200 reais. Elas nunca poderiam existir. Então esse é o problema. Por isso nós geramos essa conta que eu citei antes. Até novembro do ano passado, R\$ 230 bilhões foram gastos para produzir 440 TWh em dez anos, quando nós consumimos cerca de 600 TWh por ano.

Esse discurso da hidrologia, virou um discurso público de culpar a natureza por algo que é culpa dos homens e do modelo. Não é da natureza. Basta organizar um portfólio de usina hidráulicas valorizando o reservatório, valorizando a energia acumulada para permitir, o que contrários da Europa e EUA, inserir as fotovoltaicas e as eólicas de maneira equilibrada sustentável e com custos muito inferiores, com uma cadeia produtiva muito mais vinculada à indústria e à mão de obra brasileira.

Quando alguém prefere gastar R\$ 200 bilhões em térmicas que lançam gases de efeito estufa na atmosfera quando temos outras alternativas melhores e mais baratas, algo está profundamente errado. A culpa não é do clima como eles dizem. A ciência desmente isso assim como nós desmentimos em 2001 quando FH tentou vender essa ideia naquele apogeu que houve no final de seu governo. Não foi culpa de S. Pedro naquela época e não é agora.

Se nós tivéssemos construído de 2011/12 para cá, cerca de 20.000 MWh de usinas eólicas ou 50.000 MWh de usinas fotovoltaicas, teríamos gasto menos de R\$ 100 bilhões e essas usinas operariam por cerca de 20, 30, 40 anos. Esta que é a tragédia. Isto tudo é fruto de um modelo, da ausência de considerar as possibilidades e sucumbir às pressões dos grupos de interesse que querem impedir, com essas térmicas, de se organizar um modelo deste, fator custo e benefício que legítima e legaliza este acinte, esta verdadeira extorsão de dinheiro da população brasileira sem necessidade. Esse dinheiro foi queimado, ele não volta mais.

Continua na próxima edição

Escreva para o HP  
horadopovo@horadopovo.com.br



**HORA DO POVO**  
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto  
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21  
Liberdade - CEP: 01509-001  
São Paulo - SP  
E-mail: inc24agosto@uol.com.br  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br  
E-mail: comercial@horadopovo.com.br  
E-mail: hp.comercial@uol.com.br  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: hprj@oi.com.br  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.dfi@ig.com.br  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: horadopovomg@uol.com.br  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (81) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Cúpula da CPI com o presidente do Senado Senadores da CPI da Covid: Aras é 'subserviente a Bolsonaro' e tenta 'acobertar os criminosos'

Os senadores da CPI da Covid voltaram a rebater as declarações do procurador-geral da República, Augusto Aras. Em nota, 13 senadores que integraram a CPI e contribuíram com as investigações desmontam as farsas do procurador-geral da República.

Mais de 100 dias após a conclusão dos trabalhos da CPI do Senado, com um substancial relatório final apontando os crimes do governo Bolsonaro na pandemia, a Procuradoria-Geral da República não abriu nenhum inquérito para dar seguimento às conclusões da comissão.

Augusto Aras, escolhido a dedo por Bolsonaro para ocupar o cargo, alega, para justificar sua inércia, que o relatório final da CPI "não atendia aos requisitos legais", por supostamente não apontar a "devida correlação entre cada fato típico praticado e os documentos pertinentes".

"O que, além de embarçar o trabalho do Ministério Público Federal, poderia prejudicar o exercício da ampla defesa e do contraditório", diz um trecho da manifestação da PGR.

A CPI rebate e afirma, em nota, que Augusto Aras "faz mais uma tentativa para ludibriar os brasileiros, ofuscar sua inércia diante do relatório da CPI e sua disposição para acobertar os criminosos desse morticínio".

O relatório final da CPI da Pandemia concluiu que Jair Bolsonaro cometeu nove crimes durante a pandemia. São eles: 1) epidemia com resultado morte; 2) infração de medida sanitária preventiva; 3) charlatanismo; 4) incitação ao crime; 5) falsificação de documento particular; 6) emprego irregular de verbas públicas; 7) prevaricação; 8) crimes contra a humanidade, nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos; e 9) violação de direito social.

A CPI pediu ainda o indiciamento de ministros, ex-ministros, filhos do presidente da República, deputados federais, médicos, empresários, do governador do Amazonas, Wilson Lima, e de duas empresas que firmaram contrato com o Ministério da Saúde (Precisa Medicamentos e VTCLog).

Leia a nota dos senadores na íntegra:

### Nota Pública

*O procurador Augusto Aras faz mais uma tentativa para ludibriar os brasileiros, ofuscar sua inércia diante do relatório da CPI e sua disposição para acobertar os criminosos desse morticínio.*

*A CPI reitera que todas as provas foram enviadas ao Ministério Público Federal, os documentos probatórios são fartos e estão em poder do PGR há mais de 100 dias.*

*Destacamos ainda que o último envio de provas - o terceiro desde o encerrando da comissão - foi realizado também via Supremo Tribunal Federal.*

*É uma forma de garantir transparência, levar ao conhecimento dos ministros todas as provas já enviadas ao PGR e evitar que a sanha de Aras pela impunidade tenha êxito.*

*Mais uma vez, reafirmamos aos brasileiros que seguiremos firmes em busca de justiça e reparação às mais de 640 mil vítimas.*

Omar Aziz  
Randolfe Rodrigues  
Renan Calheiros  
Otto Alencar  
Humberto Costa  
Fabiano Contarato  
Eliziane Gama  
Simone Tebet  
Tasso Jereissati  
Zenaide Maia  
Alessandro Vieira  
Rogério Carvalho  
Jean Paul Prates

*Senadores da República e membros da CPI*  
Em outra nota, a cúpula da CPI afirmou que entregou um "vasto conjunto probatório" e que o Ministério Público Federal "protela, sem qualquer justificativa republicana, a etapa de abertura dos inquéritos criminais para que se possa aprofundar as investigações".

"A Procuradoria-Geral da República, nesta sexta-feira (18), demonstrou mais uma vez a sua subserviência ao Presidente da República e seu descaso com a apuração dos graves crimes revelados pela CPI da Pandemia da Covid-19. Além de prevaricar no seu dever constitucional, a PGR falta com a verdade em sua nota", rebatem os senadores.

Na quinta-feira (17), a CPI entregou documentos adicionais ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Augusto Aras é um aliado de Bolsonaro e tem tomado decisões para impedir investigações contra ele. Aras foi escolhido por Bolsonaro por fora da lista tripartite organizada pelos procuradores da República.

Na quinta-feira e na sexta-feira, Aras recomendou ao STF o arquivamento de dois inquéritos que investigam crimes de Bolsonaro.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder da oposição no Senado e que foi vice-presidente da CPI, afirmou no sábado (19), que Augusto Aras "é a página mais triste do Ministério Público". "O comportamento dele para arquivar é antagônico ao comportamento dele em relação aos documentos da CPI. Está há 100 dias protelando qualquer ato em relação à CPI, encontrando desculpa atrás de desculpa. Para arquivar, ele toma decisão liminar, mesmo com fartas provas", denunciou o senador.

A declaração de Randolfe se deu logo após Aras propor o arquivamento da investigação de prevaricação de Bolsonaro no escândalo da compra ilegal da vacina indiana Covaxin.

Aras também pediu para arquivar o inquérito em que Bolsonaro é investigado por vazamento de dados sigilosos, da investigação de um ataque hacker contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

# Bolsonaro trabalha "pela ruína da democracia", afirma Fachin

Nelson Jr/SCO/STF



## Ministro Edson Fachin será o novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Líder do governo quer se livrar de delegado que investiga sua ligação em golpe de R\$ 20 milhões

Deputado Ricardo Barros alega que delegado está convencido de sua culpa

O líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), entrou com um pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para afastar o delegado responsável pela Operação Pés de Barro, que investiga um esquema criminoso de Barros com a empresa Global Saúde.

A defesa de Ricardo Barros quer se livrar do delegado que investiga sua participação em um golpe de R\$ 20 milhões que a empresa Global Saúde deu no Ministério da Saúde quando ele era ministro.

A Global nunca entregou os medicamentos de alto custo para os quais foi contratada.

Seu dono, Francisco Emerson Maximiano, também é o controlador da Precisa Medicamentos, empresa que tentou dar um golpe na venda das vacinas Covaxin, mas a descoberta de que ela fraudou documentos impediu que ele fosse

aplicado.

Ricardo Barros argumenta ao STF que o delegado da Polícia Federal, José Augusto Campos Versiani, é parcial e o persegue. Segundo a defesa, José Augusto Versiani está "comprometido" em "investigar e atribuir conduta delitiva" a Ricardo Barros.

Eles argumentam que o delegado é parcial por conta do depoimento de Luís Ricardo Miranda, servidor do Ministério da Saúde, à CPI da Pandemia. Miranda contou que o delegado teria falado que queria "prender todo mundo" envolvido no golpe da Global Saúde.

A defesa também apontou que a Operação Pés de Barro seria uma referência ao deputado Ricardo Barros. O responsável pelo habeas corpus no STF é o ministro Alexandre de Moraes.

O Ministério Público Federal pediu o bloqueio de R\$ 20 milhões em bens do deputado Ricardo

Barros (PP-PR), líder do governo Bolsonaro na Câmara Federal, e de quatro servidores e ex-servidores do Ministério da Saúde e da empresa Global Saúde.

A CPI da Pandemia apurou que Ricardo Barros também está envolvido no esquema da Precisa Medicamentos. O Relatório Final da Comissão acusou o líder do governo Bolsonaro de incitação ao crime, advocacia administrativa, formação de organização criminoso e improbidade administrativa.

O servidor Luís Ricardo Miranda identificou irregularidades em documentos entregues pela empresa ao Ministério da Saúde e levou a denúncia até Jair Bolsonaro. Durante a reunião, Bolsonaro falou que "isso é coisa do Ricardo Barros".

A CPI da Pandemia acusou Jair Bolsonaro de ter prevaricado por não tomar nenhuma providência diante de uma denúncia de corrupção que foi levada até ele.

## Lula: "vamos abraçar o preço da gasolina"

O ex-presidente Lula voltou a defender nesta quinta-feira (17) a mudança a política de preços da Petrobrás.

"Não tem sentido o preço da gasolina ser internacional", disse Lula. "Eu sei que o mercado fica nervoso quando eu falo, mas nós vamos abraçar o preço da gasolina", acrescentou.

O governo Bolsonaro vem mantendo uma política de atrelamento dos preços internos dos combustíveis comercializados pela Petrobrás aos preços internacionais do barril e ao dólar. Esta política começou na gestão Aldemir Bendine, em 2015, e foi oficializada por Pedro Parente em

2018. Este atrelamento fez explodir os preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha.

### EM REAIS

"O preço vai ser brasileiro, porque os investimentos são feitos em real, a gente vai tirar gasolina e a gente vai aumentar a capacidade de refino", acrescentou o presidente do PT. Ele defendeu que o Brasil exporte derivados do petróleo ao invés de se concentrar na exportação do petróleo cru.

"Quando nós descobrimos o petróleo [do pré-sal], diziam que a gente não tinha capacidade de explorar, que era muito caro. Hoje o barril do petróleo tirado do pré-sal é equivalente

te ao preço do barril de petróleo tirado da Arábia Saudita. Por que a Petrobrás tem tecnologia", declarou o petista. Lula disse que é "uma canalhice o que estão fazendo com a Petrobrás".

O presidente da Petrobrás, Joaquim Silva e Luna, justificou a atual política dizendo que o controle dos preços dos combustíveis pelo governo traria o risco de desabastecimento para o país. Isso porque, se a Petrobrás vender a gasolina e o diesel, nas refinarias, a preços menores que os praticados no exterior, as importadoras não teriam interesse em vender os produtos para o Brasil.

## Ciro Gomes: "preço dos combustíveis no Brasil é um assalto à mão desarmada"

O ex-governador do Ceará e pré-candidato à Presidência pelo PDT, Ciro Gomes, afirmou que caso seja eleito a política de preços dos combustíveis praticada pelo governo de Jair Bolsonaro será revogada.

Para ele, "o que está acontecendo com todo mundo no Brasil é um assalto à mão desarmada", porque a Petrobrás tem cobrado pelo barril de petróleo o que é cobrado no mercado internacional, e não um valor compatível com o preço de produção no Brasil.

Enquanto o preço do barril de petróleo no Brasil deveria ser de US\$ 30, a Petrobrás, sob ordem de Jair Bolsonaro, tem cobrado US\$ 94.

Ciro Gomes falou, em conversa no CuiabáCast, que em seu primeiro dia de governo

ele irá convocar "o conselho de administração da Petrobrás para revogar o que eles chamam de PPI, paridade de preço internacional".

O ex-governador do Ceará afirmou que "o barril de petróleo tem que ser cobrado o quanto custar [a produção] mais o lucro em linha com as petroleiras internacionais".

"Se você botar imposto, frete, lucro de todo mundo da cadeia inteira até chegar na bomba, o barril de petróleo custa no Brasil US\$ 30. Sabe quanto eles estão cobrando? US\$ 94. Esse é o preço da especulação internacional", disse.

Ciro Gomes afirma que o certo seria "cobrar o custo de produção da Petrobrás mais algo ao redor de 6% ou 6,5% para dar lucro à Petrobrás. Sabe quanto ela está tendo de lucro

"Não vamos tolerar os intolerantes", disse. "Todos terão que aceitar o resultado", destacou o ministro

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que assumiu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na terça-feira (22), denunciou as ameaças feitas por Jair Bolsonaro ao processo eleitoral brasileiro. "Não vamos tolerar os intolerantes. Quem defende intervenção militar, quem defende fechar um Poder ou um tribunal como o Supremo Tribunal Federal e quem discute inexistente fraude em urna eletrônica não está discutindo a ruína da democracia", afirmou Fachin.

Fachin ressaltou, ainda, que o papel da Justiça Eleitoral não é definir um ganhador e que a tarefa mais importante em uma eleição democrática é "jogar com as regras do jogo e aceitar o resultado". Ele e o ministro Alexandre de Moraes participaram de reunião com o atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que está deixando o cargo, ministro Luís Roberto Barroso, para a transição da gestão do Tribunal. Fachin e Moraes foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente.

"A guerra contra a segurança no ciberespaço foi declarada. Violar a estrutura de segurança do Tribunal Superior Eleitoral abre uma porta para a ruína da democracia. Aqueles que patrocinam esse caos sabem o que estão fazendo para solapar o Estado de Direito", denunciou Fachin. "O Brasil democrático, especialmente em 2022, se integra à comunidade internacional, cuja articulação será um dos eixos de nosso trabalho a ser exposto aqui também", acrescentou o ministro.

Bolsonaro, em queda nas pesquisas de opinião, por conta de sua atuação desastrosa no enfrentamento da pandemia

## Encontro de Jair com Mohamed bin Salman será a recepção do carneiro pelo miliciano

Depois de proclamar o slogan integralista e de chamar o fascista húngaro Viktor Orban de "meu irmão", Jair Bolsonaro convidou o príncipe saudita Mohamed bin Salman para visitar o Brasil. Salman foi o mandante da morte do jornalista Jamal Khashoggi, esquartejado em 2018 no interior do consulado da Arábia Saudita em Istambul. O jornalista era crítico do governo saudita e tinha ido ao consulado na Turquia para retirar documentos para seu casamento com uma namorada turca.

Segundo fontes do governo, o carneiro Mohamed aceitou o convite de Bolsonaro e a viagem estaria programada para março. Salman é conhecido no mundo todo por usar medidas violentas para silenciar dissidentes, inclusive no exterior. A Arábia Saudita é uma ditadura feroz, semelhante à que Bolsonaro gostaria de implantar no Brasil. Por várias vezes, Bolsonaro agrediu jornalistas, principalmente mulheres, que diziam a verdade sobre sua desastrosa administração. Se ele pudesse também seria um "esquartejador" de jornalistas.

Já em 2019, Jair Bolsonaro havia falado várias vezes de sua grande admiração pelo esquartejador saudita. Quando de sua visita ao regime árabe, Bolsonaro afirmou por diversas vezes que tinha muita "afinidade" com bin Salman. "Tenho uma certa afinidade com o príncipe. Em especial depois do encontro em Osaka", referindo-se à reunião dos dois na última cúpula do G-20. E, não escondendo seu capachismo, disse que "todo mundo gostaria de passar uma tarde com um príncipe". "Especialmente vocês mulheres, né?", disse Bolsonaro à época, ao comentar que tinha passado uma tarde com Salman.

A imprensa turca noticiou à época do assassinato que a CIA havia registrado, a partir de um telefonema em que Mohammed bin Salman dava instruções para "silenciar" o jornalista Jamal Khashoggi "o mais rápido possível", acrescentando que a diretora da CIA, Gina Haspel,

e pela tragédia de milhões de desempregados que, além da perda do emprego e de renda, assistem à explosão da inflação e da carestia, voltou a atacar as urnas eletrônicas. Ele já havia tentado aprovar uma mudança na Constituição para voltar ao voto manual mas perdeu.

Fachin afirmou que não vai permitir inverteza. "Vamos, enfim", disse ele, "priorizar ações contra os fluxos de desinformação que foram promovidos, sistematicamente, para atingir a reputação do Tribunal". "Vamos realçar a integridade dos pleitos nacionais, a eficiência e o papel fundamental do trabalho levado a efeito pela Justiça Eleitoral no Estado de direito democrático. Atuaremos com transparência total, porquanto apesar do populismo autoritário a democracia vai triunfar em 2022", apontou o ministro.

O novo vice-presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, parabenizou o trabalho de Barroso e disse que "é uma transição de continuidade ao trabalho que se iniciou com Barroso". "Somos três pessoas que nem sempre concordam em tudo, mas que têm as mesmas ideias relacionadas à democracia, às instituições e, sobretudo, à Justiça Eleitoral", acrescentou.

Barroso, por sua vez, lembrou que já atua com os outros dois ministros, o que possibilitará que continuem em uma mesma direção. "O TSE tem procurado ser uma importante trincheira de reafirmação dos valores democráticos e de proteção às instituições brasileiras. Então, fico muito confortável em saber que o trabalho que iniciamos terá continuidade sob a condução conjunta do ministro Edson Fachin e do ministro Alexandre de Moraes. Estou indo embora, mas o meu coração fica aqui", declarou.

havia "sinalizado" a existência da gravação durante uma visita a Ancara, em outubro. Apesar das informações que dispõe, a CIA considerava Mohammed bin Salman como um "bom tecnocrata", mas o classifica como "volátil, arrogante e explosivo", segundo o Washington Post.

Jamal Khashoggi foi morto por um grupo de agentes - alguns deles muito próximos ao príncipe herdeiro - no consulado do país em Istambul, na Turquia, no dia 2 de outubro. Conforme a agência de espionagem, o embaixador pediu que Khashoggi fizesse os trâmites burocráticos para o seu casamento em Istambul por solicitação do príncipe-herdeiro. E garantiu que nada ocorreria com o jornalista. Ainda não está claro, segundo o jornal, se o embaixador sabia dos planos para assassinar o jornalista na Turquia.

O grau de crueldade do crime deve ter impressionado Bolsonaro. Numa entrevista na década de 90, o mandatário já havia defendido a tortura e disse também que se tivesse chance teria matado 20 a 30 mil opositores. Segundo material publicado pelos jornais norte-americanos, tanto o Washington Post, onde ele trabalhava, quanto o New York Times, a polícia turca teria áudios e vídeos que comprovam o desenrolar dos fatos: a entrada de Khashoggi no prédio, seu interrogatório e sua morte.

O New York Times detalha, como numa horrenda história, daquelas que povoam cenas de filmes de Quentin Tarantino, que depois de morto o jornalista teria sido "esquartejado com uma serra ôssea" especialmente trazida para a fase final do desfecho seguida do desaparecimento do corpo do morto. Esse instrumento teria sido utilizado por um "especialista em autópsia" entre os 15 agentes sauditas que desembarcaram no aeroporto de Istambul pouco antes do assassinato e que teriam ido embora em jatos particulares, já com o corpo desmembrado e acondicionado em "malas diplomáticas".

# Tragédia de Petrópolis deixa mais de 176 mortos e cidade destruída

Cidade da região serrana do Rio de Janeiro foi arrasada por temporal que causou enchentes e deslizamentos

As mortes provocadas pela chuva da última semana em Petrópolis, na região serrana fluminense, chegam a 176, segundo informações do Corpo de Bombeiros. As equipes trabalham dia e noite no resgate de vítimas. Além dos corpos encontrados, os bombeiros retiraram 24 pessoas com vida.

O temporal em Petrópolis superou os desastres registrados em 1988 e 2011, se tornando o mais letal já vivido pela cidade. Até então, o desastre registrado em 1988 havia sido o mais letal para a cidade, com 134 mortos. Em 2011, os temporais causaram 73 vítimas fatais em Petrópolis, mas também castigaram cidades vizinhas, deixando 918 mortos e 100 desaparecidos em cidades da região serrana. O número de mortes tende a crescer nos próximos dias, já que foram computados pela Polícia Civil 126 desaparecidos após o temporal que arrasou a cidade. Segundo a prefeitura, 812 pessoas estão desabrigadas e ocupam 21 unidades escolares da cidade.

Na terça-feira (15), a cidade foi arrasada por um forte temporal que resultou em mais de 400 deslizamentos num total de 553 ocorrências registradas pela Defesa Civil, incluindo alargamentos e avaliações de risco. Petrópolis tem um quinto de seu território sob alto risco e fica na serra do Rio de Janeiro, que sofre anualmente com tempestades de verão e deslizamentos.

A cidade tem 234 locais de

risco alto ou muito alto, o que equivale a 18% do território e 12 mil moradias, segundo o Plano Municipal de Redução de Riscos publicado em 2018.

Grande parte dos imóveis condenados há 11 anos na região não foi demolida e voltou a ser ocupada por quem não conseguiu moradia ou discordou das opções dadas pelo poder público. Os moradores reclamam que as unidades habitacionais construídas desde então não são suficientes.

As salas de velórios estão cheias, e os enterros estão sendo feitos em sequência no Cemitério Municipal de Petrópolis desde a tarde de quarta (16). A prefeitura abriu novas covas rasas (menos profundas e mais baratas) e descartou um grande enterro coletivo “para respeitar a programação das famílias”.

Segundo a prefeitura de Petrópolis, 114 corpos tinham sido sepultados até a noite do último domingo (20). O trabalho de identificação e liberação de corpos continua sendo feito pelo Instituto Médico Legal (IML). Também estão sendo procurados mais de 100 desaparecidos.

No último domingo, a Defesa Civil de Petrópolis acionou, no fim da tarde, as sirenes do primeiro distrito, além de emitir avisos por SMS e grupos de comunicação por aplicativo. O primeiro distrito envolve a parte mais densa da cidade e os bairros já atingidos pelos deslizamentos de terra e enchentes do dia 15, como Alto da Serra, Bingen, Quitandinha, Valparaíso e Centro.

## Equipe reduzida de bombeiros e falta de equipamentos dificultam as buscas por vítimas em Petrópolis

O governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, tem anunciado que cerca de 500 bombeiros atuam nos resgates às vítimas da tragédia pelas chuvas de Petrópolis, na região serrana do Rio. Segundo ele, toda a estrutura está sendo disponibilizada para o trabalho das equipes de resgate. No entanto, mensagens internas da corporação mostram que, desde o início dos trabalhos, somente no primeiro dia das buscas, o número total de bombeiros atuando no município foi igual ao divulgado.

Neste domingo (20), as buscas por vítimas das chuvas na cidade da região serrana do Rio de Janeiro entraram no sexto dia. Até agora, foram contabilizadas 152 vidas perdidas para a catástrofe. Segundo a Defesa Civil, 165 pessoas estão desaparecidas.

Segundo informações da TV Globo, o único dia em que o todo o efetivo foi empregado foi na última quarta-feira (16) à noite, um dia depois do temporal, quando havia 555 bombeiros nas buscas em Petrópolis. Já na quinta-feira (17), às 6h30, apenas 110 militares trabalhavam em 22 equipes de busca.

As 13h30 e às 15h do mesmo dia, eram 197 bombeiros trabalhando. Depois, às 18h, eram 216, menos da metade do número anunciado pelas autoridades do governo.

Voluntários e moradores que atuam nas buscas de amigos e familiares criticam a falta de efetivo dos bombeiros e das Forças Armadas nas buscas em Petrópolis.

A voluntária Marilene de Oliveira, que está em Petrópolis, ressaltou a quantidade de pessoas agindo por conta própria para tentar socorrer as vítimas. “Você só vê voluntário de gente assim, do bairro. Você não vê bombeiros”, pontuou.

“A gente está precisando de ajuda, de Corpo dos Bombeiros, de ferramenta”, pediu Marilene.

Outros relatos apontam para a carência de bombeiros em alguns lugares, locais onde segundo os moradores os moradores nunca chegaram.

O problema é que são muitos pontos de deslizamento da tragédia. No total, as equipes

de resgate trabalham em 51 pontos onde houve vítimas.

O chefe do Corpo de Bombeiros, o coronel Leandro Monteiro, alega não haver necessidade de mais efetivos e que os bombeiros estão “trabalhando de forma técnica”.

“O Corpo de Bombeiros tem que trabalhar de forma segura e preservar a vida dos moradores e dos agentes. Tem lugares que a gente só pode ir com cinco [bombeiros], a barreira pode romper, então a gente tem que preservar a vida. Então, a população, ela tem a necessidade e está certa de querer mais bombeiros, então ela vê e porque só tem sete bombeiros, não está faltando bombeiro, estamos trabalhando de forma técnica”, disse o coronel Leandro Monteiro.

### FALTA DE ESTRUTURA

A falta de estrutura também agrava a situação das buscas pelas vítimas. Bombeiros e voluntários relatam dificuldades de acesso a equipamentos de proteção individual, como capacetes, luvas e galochas.

Na última quinta-feira, o diretor-geral de Apoio Logístico do Corpo de Bombeiros, Márcio Luís Silva Inocêncio, pediu a compra dos equipamentos de salvamento. Entre os pedidos estão galochas, capacetes, luvas, lanternas, enxadas, pás e baldes. A informação foi publicada pelo site UOL.

O pedido foi feito em caráter “emergencial”, “em virtude da decretação do Estado de Calamidade Pública provocada pelas fortes precipitações ocorridas em toda região, e que tem sido repercutido ostensivamente pelos meios de comunicação”, diz o texto.

No geral, é necessário pelos bombeiros ao menos 250 capacetes, com luvas, máscaras, 200 lanternas, 240 enxadas e 250 pares de galocha.

O almoxarife geral dos bombeiros do Rio, Roberto Robadey, afirma que o almoxarifado não dispõe dos materiais solicitados.

“Agora estão comprando 200 luvas para a corporação, isso é irrisório, a gente tem sempre em estoque um número muito maior do que isso para repor com velocidade”, diz Roberto Robadey.



Centenas de moradias nos morros da cidade foram destruídas pela água



Por toda a cidade, voluntários procuram pelas vítimas em escombros

## Após cortar verba para a prevenção de enchentes, Bolsonaro sobrevoa Petrópolis

**Governo federal cortou 43% dos recursos para a Defesa Civil em 2021**

De volta ao Brasil após viagem oficial no leste europeu, Bolsonaro (PL), sobrevoou, nesta sexta-feira (18), as áreas atingidas pelas fortes chuvas em Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, como se preocupado estivesse com a situação dos moradores da cidade.

As enchentes em Petrópolis já deixaram, até esta sexta-feira, 130 mortos e ainda 218 de desaparecidos.

As equipes da Defesa Civil do município registraram 553 ocorrências desde a terça-feira, 15. Foram 436 deslizamentos, 29 alargamentos e 88 avaliações de riscos. Todas as sirenes do primeiro distrito permaneceram acionadas ao longo da noite, devido ao volume de chuva acumulado das últimas horas, desta sexta, e previsão de permanência de chuva para o município.

Até o fim da manhã de hoje, 849 pessoas desabrigadas estavam acolhidas nos 19 pontos de apoio da cidade.

“Vi uma intensa destruição. E uma imagem de guerra, lamentável. Tivemos uma perfeita noção da gravidade do que aconteceu aqui em Petrópolis”, disse Bolsonaro após sobrevoar Petrópolis.

Mesmo seu governo tendo reduzido 43% os recursos para a Defesa Civil, Bolsonaro afirmou que, assim que soube da tragédia em Petrópolis, quando ainda estava na Europa, entrou em contato com ministros para que a União desse “suporte necessário à população”. “Liguei para o ministro Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional, que já havia determinado um recurso extra no orçamento. Entrei em contato com o ministro Paulo Guedes, da Economia, para que também agilizasse a liberação desses recursos”, afirmou.

O governo que promete agora destinar R\$ 500 milhões para a reconstrução de Petrópolis, ao longo de 2021, empenhou apenas R\$ 918,6 milhões para a área responsável pela preparação do país inteiro para eventos climáticos extremos. Em



Bolsonaro passou de helicóptero pelas áreas atingidas pelo temporal em Petrópolis, no Rio

2020, o montante destinado para a área foi de R\$ 1,63 bilhão.

Durante a coletiva, Bolsonaro chegou a afirmar que as verbas para a prevenção de tragédias ficam previstas no “orçamento” do ano anterior. Ele tentou passar a responsabilidade sobre o recurso para o Congresso, sem qualquer orçamento da União, e tentou se eximir da política de archo promovida pelo seu governo em diversas áreas.

Bolsonaro é responsável pela União ter feito o menor investimento na Defesa Civil desde 2016, de acordo com dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) do governo federal.

A área também não foi contemplada nas emendas RP-9, do chamado “orçamento secreto”, o esquema criado por Bolsonaro para garantir apoio político junto ao Congresso, sem qualquer transparência quanto a distribuição dos recursos. Os investimentos da União na área que combate enchentes foram fortalecidos apenas por emendas de bancadas estaduais: o Congresso destinou R\$ 30,8 milhões; outros R\$ 4,1 milhões chegaram via emendas individuais.

Dada às informações, o Ministério do Desenvolvimento Regional, que é responsável pela área, disse “condenar qualquer tentativa de uso político da tragédia”. A pasta diz que destinado pouco mais de R\$ 1 bilhão para a área em 2021.

A maquiagem que o Mi-

nistério usa para declarar que destinou pouco mais de R\$ 1 bilhão para a área em 2021 é considerar o montante, ou seja, inclui na conta, o pagamento dos chamados “restos a pagar”, porém, isso quer dizer considerar gasto do governo atual, recursos empenhados em anos anteriores, mas que só foram quitados agora.

O Ministério ainda teve coragem de afirmar que “episódios extremos provocados pelo clima acontecem em todo o mundo e não há ações que poderiam ter evitado o aumento do nível dos rios e alargamentos das áreas, tal o volume de precipitações registradas”.

Com a redução dos gastos com a prevenção de enchentes, o Brasil vive no início deste ano uma catástrofe. Além da situação agora enfrentada em Petrópolis, no final de dezembro o Sul da Bahia foi inundado pelas chuvas, depois Minas Gerais. Mais de 235 brasileiros morreram em decorrência dos desastres nestes Estados.

As catástrofes causaram 48 mortes no estado de São Paulo, 27 na Bahia e 26 em Minas Gerais, além de duas no Sergipe e também duas no Espírito Santo. Outros estados, como o Pará, o Maranhão e o Tocantins, também sofreram cheias que atingiram centenas ou milhares de pessoas, sendo obrigadas a deixar suas casas.



Companhia Energética de Minas Gerais

## CPI da ALMG aponta estratégia de Zema de “sucatear para privatizar” a Cemig

Na última sexta-feira (18), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para investigar possíveis irregularidades na gestão da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) aprovou seu relatório final.

O documento, com 315 páginas, recomenda ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) a apresentação de denúncia e indiciamento contra 16 pessoas e a abertura de ações de improbidade administrativa que abrangem também sociedades empresariais ou advocatícias.

O relatório do deputado Sávio Souza Cruz (MDB), aprovado por unanimidade com uma emenda de autoria coletiva, representa a conclusão de mais de oito meses de investigações.

Entre os objetivos dos trabalhos estavam os de apurar a estratégia de desidratada da estatal para privatizá-la e denúncias de ingerência do Partido Novo, do governador, em decisões administrativas.

A CPI cita no documento aprovado as supostas práticas de peculato, contratação direta ilegal, improbidade administrativa e corrupção passiva. Os ilícitos relacionados diferem entre os citados, mas a contratação direta ilegal foi comum a todos aos quais a comissão sugere a apresentação de denúncia. Grande parte das pessoas físicas citadas é da alta cúpula da estatal, entre elas seu presidente, Reynaldo Passanezi Filho.

Também foi citado no relatório o empresário Evandro Negrão de Lima Júnior, que é vice-presidente do diretório estadual do Partido Novo e, conforme apurado pela CPI, sócio do marido de uma diretora da Cemig em uma empresa de geração de energia que teria negócios com a estatal.

Por esse envolvimento suspeito nas decisões da Cemig, a CPI sugeriu ao MPMG a apuração de eventuais irregularidades cometidas por Evandro Lima, que não tem cargo nem na empresa nem no Poder Executivo. Esta é uma das alterações promovidas pela emenda incorporada ao relatório, de autoria dos deputados Cássio Soares (PSD), Professor Cleiton (PSB), Hely Tarquínio (PV), Zé Guilherme (PP) e Zé Reis (PSD) e da deputada Beatriz Cerqueira (PT).

O diretor jurídico da Cemig, Eduardo Soares, um personagem recorrente nas investigações da CPI, também consta das recomendações do relatório. A comissão pediu ao MPMG que seja apresentada denúncia contra ele por suposta prática do crime de corrupção passiva, além de contratação direta ilegal e improbidade administrativa.

Outro membro da alta cúpula da estatal, o diretor-adjunto de Gestão de Pessoas, Hudson Felix Almeida, foi citado no relatório final da CPI por supostamente ter cometido os crimes de contratação direta ilegal, peculato e improbidade administrativa. Tanto Eduardo e Hudson quanto o superior imediato dos dois, o presidente da Cemig, e ainda o dirigente do Partido Novo, Evandro Lima, estiveram entre as testemunhas interrogadas ao longo das investigações.

### SUCATEAMENTO DA CEMIG

No texto que conclui as investigações, o deputado estadual Sávio Souza Cruz (MDB) disse que a venda de subsidiárias da energética ocorreu como “preparação” para a negociação da empresa.

Durante as investigações, iniciadas em meados do ano passado, componentes da Assembleia Legislativa se debruçaram pela operação, feita em janeiro do ano passado, para a venda da fatia da Cemig na Light, empresa que controla o fornecimento de luz no Rio de Janeiro. A época, a negociação rendeu R\$ 1,37 bilhão por 22,6% das ações.

Em 2019, a empresa mineira vendeu, por R\$ 1, a fatia que controlava via, Light, na Renova, especializada em energias renováveis. Segundo Sávio Souza Cruz, cada ação da Cemig na Light foi vendida por R\$ 20, embora poucos meses antes estivessem cotadas em R\$ 24.

“A venda do restante da participação na Light se deu no auge da pandemia, em meio a um dos piores momentos de retração econômica vivida pelo País. Qual o sentido dessas operações? No entender da CPI, todos os elementos probatórios levam a um mesmo caminho: a preparação – sem autorização do Poder Legislativo e do referendo popular – para a privatização da Cemig”, lê-se em trecho do relatório do parlamentar.

O referendo popular e a autorização legislativa citada por ele são etapas previstas na lei para a venda da Cemig. Primeiro, seria necessário obter apoio de ao menos 46 dos 77 dos deputados estaduais para, posteriormente, convocar os mineiros às urnas.

Negociar empresas públicas é desejo de Romeu Zema, que tenta emplacar projeto para alienar ações do governo na Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), responsável por explorar nióbio em Araxá.

# Adilson da CTB: “Tirar o Brasil do desemprego e da estagnação”



Adilson, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil



## Em defesa de reajuste, servidores do Tesouro preparam ‘entrega generalizada de cargos’

Servidores do Tesouro Nacional enviaram uma carta ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, em que reivindicam reajuste salarial e afirmam que o atual clima de frustração da categoria “tem potencial para desencadear uma entrega generalizada de cargos de confiança, com implicações imediatas à capacidade institucional” do Tesouro.

A carta foi assinada por 416 dos 524 servidores, entre técnicos, auditores federais, coordenadores-gerais e gerentes da área de Finanças e Controle.

A categoria também se mobiliza para um ato virtual com paralisação, no próximo

dia 22, momento em que irão anunciar a prévia de adesão à entrega de cargos, que, na avaliação do Unacon Sindical, sindicato que representa a categoria, deve ser “altíssima”.

“As perdas em relação a 2019 alcançam 20% e podem chegar a 30% no fim deste ano. Em simultâneo, o governo sinalizou reposição restrita à segurança pública, discriminando o conjunto de servidores e a carreira de Finanças e Controle, cuja remuneração cairia de 88% para 65% desta tabela”, afirma Bráulio Cerqueira, presidente do Unacon Sindical.

Na carta, eles pedem que o governo encaminhe uma Medida Provisória ao Congresso com tabela remuneratória compatível a outras carreiras de Estado para a categoria.

“O desalinhamento em pauta configura-se, portanto, como um desserviço à boa gestão dos recursos humanos do serviço público, ao impor um descompasso injustificado à luz da qualificação, produtividade e responsabilidade das atividades desempenhadas pelos servidores do Tesouro Nacional”, afirma o documento.

No dia 9 de março, os servidores do Tesouro se unirão nos protestos e paralisações do Dia de Mobilização dos Servidores Federais, que também lutam por recomposição salarial e contra o corte de verbas e desmonte dos órgãos públicos que vêm sendo implementados pelo governo Bolsonaro.

## Funcionários do BC param no dia 24 por reajuste

Os funcionários do Banco Central aprovaram uma nova paralisação, no próximo dia 24, em defesa de reajuste salarial, e prometem entrar em greve por tempo indeterminado a partir do dia 9 de março caso não haja uma resposta satisfatória do governo.

Nesta sexta-feira (18), a diretoria do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) se reúne com o presidente do órgão, Roberto Campos Neto, para cobrar as demandas apresentadas, ressaltando que as perdas salariais dos servidores do BC chega a 20% apenas nos

últimos três anos. A entidade afirma que, em relação às “escolhas das instâncias decisórias na distribuição do Orçamento” para 2022, “o que vemos não é a opção pela valorização dos servidores do BC” e que, portanto, o que resta é a mobilização cada vez mais crescente dos servidores.

Os servidores do BC já promoveram duas paralisações e protestos, além da entrega de cargos comissionados, desde que, assim como funcionários públicos dos mais diversos órgãos federais, se sentiram preteridos pelo governo Bolsonaro que prometeu reajuste salarial

apenas às carreiras policiais. O sindicato argumenta ainda que apesar das perdas do funcionalismo, “as boas entregas dos servidores do BC têm sido mantidas ano a ano, mesmo diante do contexto da crise sanitária e da falta de reposição do efetivo. Exemplo disso é o desenvolvimento do PIX, que se mostrou extremamente bem-sucedido. Na prática, temos feito a cada dia mais e menos”.

Portanto, afirma o Sinal, “vamos cobrar da Diretoria do Banco Central uma ação incisiva em defesa da Reestruturação de Carreira e do reajuste”.



HP

CHARGE DO ÉTON



## Supremo suspende resolução do MEC contra passaporte da vacina

Na última quinta-feira (17), em julgamento no plenário virtual, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria de votos favoráveis à autonomia das universidades federais para decidir sobre a exigência ou não do comprovante de vacina contra Covid a fim de que alunos assistam aulas presenciais.

Os ministros decidiram manter a decisão individual do relator, ministro Ricardo Lewandowski, que no fim do ano passado suspendeu resolução do Ministério da Educação (MEC) pela qual instituições federais de ensino não podem exigir comprovante da imunização.

O plenário virtual é um formato de deliberação em que os ministros apresentam os votos por escrito em um sistema eletrônico. Dos 11 ministros, seis votaram (além do relator Lewandowski, os ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Rosa Weber e Edson Fachin).

Em despacho publicado no “Diário Oficial da União” de 30 de dezembro, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, disse que as instituições federais de ensino não podem exigir vacinas contra a Covid-19 para restabelecer a volta das aulas presenciais. Em vez disso, segundo o ministro, devem aplicar os protocolos sanitários determinados em resolução do Conselho Nacional de Educação, a fim de evitar o contágio.

Na decisão individual e no voto, no entanto, Lewandowski afirmou que as instituições têm autonomia e podem exigir a comprovação de vacinação.

“As instituições de ensino têm (...) autoridade para exercer sua autonomia universitária e podem legitimamente exigir a comprovação de vacinação”, escreveu.

Lewandowski afirmou que o ato do Ministério da Educação contraria evidências científicas “ao desestimular a vacinação”. Ele argumentou que lei de fevereiro de 2020 já permite que autoridades tomem medidas para evitar a disseminação da doença.

Também afirmou que a decisão do Ministério da Educação fere a Constituição, em pontos como o direito à saúde e à educação.

“Ao subtrair da autonomia gerencial, administrativa e patrimonial das instituições de ensino a atribuição de exigir comprovação de vacinação contra a Covid-19 como condicionante ao retorno das atividades educacionais presenciais, o ato impugnado contraria o disposto nos arts. 6º e 205 a 214”, afirmou na decisão.

Lewandowski frisou ainda o papel do STF no sentido de colocar em prática direitos fundamentais. Ele afirmou que, em relação a esses direitos, não é possível transigir.

“O Supremo Tribunal Federal tem, ao longo de sua história, agido em favor da plena concretização dos direitos à saúde, à educação e à autonomia universitária, não se afigurando possível transigir um milímetro sequer no tocante à defesa de tais preceitos fundamentais, sob pena de incorrer-se em inaceitável retrocesso civilizatório”, escreveu.

## Investimento da União em salários no setor público é o menor desde 1997

O gasto com folha de pagamentos da União fechou o ano de 2021 em 3,8% em relação ao PIB, nível mais baixo da série iniciada em 1997. O valor chega ao mesmo nível de 2014, corrigido a inflação, e a expectativa é que esse ano as despesas com pessoal caiam ainda mais.

Durante o governo Bolsonaro, em valores corrigidos pela inflação, a queda foi de R\$ 17,2 bilhões, encerrando 2021 em R\$ 329,3 bilhões, de acordo com o número do Tesouro Nacional.

Entre os elementos para a diminuição dos gastos está a falta de reajuste das perdas provocadas pela inflação sobre os salários dos servidores e o déficit de pessoal, com a falta de realização de concurso públicos.

O governo Bolsonaro, cujo ministro da Economia já defendia “pôr a granada no bolso” do funcionalismo, aproveitou a pandemia para ter mais espaço para implementar uma política para negar a correção salarial dos servidores, valendo-se, inicialmente da lei complementar 173 que proibiu aumentos na pandemia em 2020.

Contudo, Bolsonaro mantém o arrocho nos salários do funcionalismo, que reivindica um reajuste emergencial de 19,9% frente às perdas que já atingem 30% dos salários.

Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado

(Fonacate), que lidera as atuais mobilizações pelo reajuste, afirma que a baixa reposição de servidores mostra que a economia fiscal está sendo feita em cima da prestação de serviços em várias áreas. Rudinei destacou que o “Estado, está sendo asfixiado” pelo governo com cortes no orçamento de áreas como INSS, CGU, auditoria do trabalho, Receita, Ibama, entre outras.

Outro elemento decisivo foi a decisão de diminuir a taxa de reposição dos servidores que deixam a ativa, sem a realização de concursos públicos. No ano passado, de cada 100 aposentados ou demitidos, apenas 37 novos servidores foram contratados (37%). Nos três anos do governo Bolsonaro, a taxa de reposição nunca chegou a 40%, o ponto mais baixo foi em 2019, com 32%.

Para o ex-secretário de Recursos Humanos e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, com essa política de sucateamento do aparato estatal, provavelmente atividades finalísticas estão sendo sacrificadas, prejudicando o atendimento e a prestação de serviços. Ele lembra dos problemas do INSS, que hoje possui cerca de 1,8 milhão de pessoas na fila de espera para o recebimento dos benefícios, aos quais têm direito.

## CONCLAT será o ponto de vista do trabalhador

Adilson Aratújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), em conversa virtual, no caminho da sua casa para sede da CTB, declarou ao HP: “Vivemos um momento crítico. Vamos ter eleições. As pesquisas demonstram ser possível derrotarmos Bolsonaro. Será uma batalha difícil. Ele é golpista, é um farsante. Se reeleito, vai aprofundar a crise com o seu hiperliberalismo. Será uma batalha que decidirá a salvação ou perdição da nossa Pátria. E preciso que a classe trabalhadora assuma o protagonismo para livrar o país desse governo genocida e para tirar o Brasil da pior crise de sua história”.

Para Adilson, a 3ª CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), convocada pelo Fórum das Centrais Sindicais, para o dia 7 de abril, pretende discutir um programa para o movimento sindical apresentar nas eleições. afirmou que “o povo brasileiro não suporta mais. Vive hoje no desespero. São 29 milhões de brasileiros desempregados ou subempregados, 19 milhões passando fome e 116 milhões, mais da metade da população, com insuficiência alimentar”. Adilson acusou Bolsonaro “de abandono e desinformação à população”. Sem defesas, 640 mil brasileiros morreram, vítimas da falta de vacinas, de máscaras, de oxigênio, de leitos e de profissionais da Saúde. Para o sindicalista, “tirar o país da crise é tão importante quanto derrotar Bolsonaro”. Lembrou que “em 8 anos, desde 2014, o PIB (soma de tudo que é produzido no país) despencou mais de 10%”.

## REVOGAÇÃO DA REFORMA

A 1ª CONCLAT foi realizada em 1981, 40 anos atrás, desafiando a ditadura militar. Segundo o presidente da CTB, “a luta hoje, como em 1981, é em defesa da democracia, contra o fascismo. A luta é contra o desemprego, pela reindustrialização do país. Contra o arrocho salarial: o salário mínimo, que já estava no chão, foi reajustado abaixo da inflação. A maioria das categorias teve reajuste abaixo da inflação. É em defesa dos direitos trabalhistas. Pela revogação da Reforma Trabalhista do Temer, que modificou 100 artigos da CLT, criou o trabalho intermitente, permitiu a grávida trabalhar em local insalubre, liberou a terceirização, obrigou o trabalhador a pagar as custas na Justiça trabalhista se perder o processo (perde duas vezes). Golpeou a organização sindical, a negociação coletiva e o custeio das entidades, sufocou financeiramente os sindicatos, para debilitar de morte o sistema de unicidade sindical. Além de tudo, centenas de milhares de trabalhadores uberizados, sem qualquer direito, estão trabalhando 15 horas por dia”.

Adilson considera que a CONCLAT é para fortalecer a participação do trabalhador. “A luta hoje exige uma Frente Ampla, de todos que são contra o fascismo e a favor da vida”, afirmou. “A política de Frente Ampla já permitiu importantes vitórias contra o Bolsonaro. Conquistamos o aumento do auxílio emergencial, em 2020, de 200 reais para 600 reais por mês, que atendeu a 70 milhões de brasileiros. Conseguimos liberar 80 bilhões de reais para Estados e Municípios, o financiamento para micro e pequena empresa. Tudo somado deu um total de 600 bilhões de reais, contra a vontade do governo. Tivemos força para instalar a CPI da pandemia, que desmoralizou Bolsonaro. A mais recente vitória foi a conquista da Federação de partidos, uma vitória da democracia, que vai permitir a participação mais plena de todos os segmentos nas eleições”.

“A luta agora vai entrar em sua fase decisiva. A presença protagonista dos trabalhadores estabiliza a Frente com o elemento unificador”, asseverou. “O Brasil já deu exemplo para o mundo. Durante 50 anos, de 1930 a 1980, foi a economia que mais cresceu no planeta, a uma média de 7% ao ano. A revolução de 30 industrializou o país, criando emprego de qualidade. O salário mínimo era capaz de sustentar uma família de 4 pessoas, que o DIEESE calcula em 6 mil reais. A Justiça Trabalhista, a CLT e a fiscalização do Ministério do Trabalho formavam uma formidável rede de proteção aos direitos trabalhistas”.

“Depois de 20 anos de ditadura, a nação se uniu, conquistou a democracia e

elegu um Congresso capaz de elaborar uma Constituição revolucionária, nacionalista e democrática. Hoje, retalhada pelas PEC’s entreguistas”, afirmou Adilson.

Em sua opinião, “o neoliberalismo devastou o Brasil. Pós a perder tudo que foi construído em décadas, inclusive com o martírio de Getúlio Vargas. O crescimento médio caiu para 2%. A indústria, que atingiu 30% do PIB, não chega hoje a 10%. Em 1980, o PIB brasileiro foi de 235 bilhões de dólares e o Chinês foi 191 bilhões de dólares. Em 2020, o PIB brasileiro foi de 1,45 trilhão de dólar e o Chinês de 14,7 trilhões de dólares”.

## AVANÇOS

Para Adilson, “foi uma façanha” eleger Lula presidente do Brasil. “Metalúrgico e sindicalista, Lula nasceu e cresceu como liderança nacional na estrutura sindical”. “Digo que não seria possível elegê-lo, se não fosse esse espaço”. O sindicalista considera que “são incontáveis” os avanços, principalmente, no 2º mandato. Citou o aumento real substancial do salário mínimo, a suspensão provisória das privatizações, a descoberta do pré-sal e a política externa independente. Segundo Adilson, “Lula, no entanto, não tocou nos alicerces do neoliberalismo, no tripé macroeconômico: câmbio flutuante, metas subestimadas de inflação, que justificam a alta dos juros para atrair o capital externo e o superávit primário para o pagamento dos juros da dívida pública. O resultado é a inundação de dólares, valorização do real, barateamento das importações e encarecimento das exportações, desnacionalização das empresas e o envio cada vez maior de recursos para o exterior”.

Conforme Adilson “o Estado neoliberal é um Estado que avança a transferência de recursos do Tesouro para o rentismo em geral, para os bancos e para os monopólios. Por ex: enquanto o PIB estagnou, após cair 10%, os três principais bancos privados lucraram 70 bilhões de reais em 2021. Quer outro, Bolsonaro transferiu do Tesouro para o rentismo, como pagamento de juros, 312 bilhões de reais em 2020 e 448 bilhões de reais em 2021”.

## INFLAÇÃO

Segundo, Adilson citou que “a inflação que assalta os salários e enriquece os especuladores foi provocada pelo governo que atrelou o preço dos combustíveis ao dólar e aos preços internacionais contra os interesses nacionais e a favor dos acionistas estrangeiros. De quebra a taxa de juros do Banco Central subiu de 4,4% para 10,75%”.

Segundo o líder sindical, “o Estado desenvolvimentista é o contrário: o desemprego se resolve com desenvolvimento econômico. E quem estimula o investimento privado com o investimento público, quem avança a produção, puxa a reindustrialização, fortalece o mercado interno, desenvolve a ciência. O Estado desenvolvimentista produz onde a empresa privada nacional não entra ainda, pesquisa e planeja. Planeja o reposicionamento das estatais, da Petrobrás, da Eletrobrás, dos Correios, dos bancos públicos, da Vale. Os recursos públicos do Estado financiam as empresas genuinamente nacionais. O Estado desenvolvimentista deve encontrar as fontes de financiamento, reduzindo juros, defendendo o câmbio, controlando o envio de recursos para o exterior e, revendo os 450 bilhões de reais que se esvaem do Tesouro pela renúncia fiscal sem critérios”.

Adilson completa o raciocínio: “o neoliberalismo golpista de Temer e Bolsonaro fez a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência. Corta direitos e praticamente impede o pobre de se aposentar, golpeia a unicidade e estimula o pluralismo sindical. O Estado desenvolvimentista criou a CLT, o Salário Mínimo suficiente para as necessidades de uma família de quatro pessoas, criou o Ministério do Trabalho, a Justiça Trabalhista e a unicidade sindical com financiamento para as entidades”.

“A única saída para crise é desenvolver o país, com a produção voltada para o mercado interno. O neoliberalismo só vai aprofundar a crise. Vamos fazer pressão, botar o povo na rua. Ajuda quem quer avançar e é um alerta a quem puxa para trás. Para os brasileiros, pode ser a diferença entre o céu e o inferno”, concluiu Adilson.

CARLOS PEREIRA

## Tropas da Ucrânia atacam estação de tratamento na região do Donbass e deixam a população sem água

As forças de Kiev, treinadas e armadas pelos EUA e reforçadas por batalhões de neonazis, voltaram a realizar centenas de provocações por todo o Donbass no sábado (19), depois das mais de 1500 violações de cessar-fogo na véspera, enquanto a cada hora mais e mais mulheres, crianças e idosos chegavam à vizinha Rússia em busca de refúgio, após a decisão dos governos antifascistas locais de proceder à evacuação dos civis.

Uma estação de tratamento de água no Donbass foi propositalmente atingida por disparos de artilharia ucraniana, deixando 40 cidades e vilas sem água. O ataque foi realizado quando o local era vistoriado por uma equipe do comitê, acompanhada pela milícia popular e pela mídia.

“Um cinismo particular reside no fato de que os militantes ucranianos viram perfeitamente contra quem estavam atirando, pois usaram um drone para ajustar o bombardeio”, diz a denúncia.

Em outro ataque contra a infraestrutura civil, em Lugansk, os disparos ucranianos com armas proibidas pelos Acordos de Minsk (morteiros de 82 mm) atingiram o gasoduto South Donbass.

Em Donetsk, os maiores ataques foram dirigidos contra Horlivka, Komunarovka e Dolomitne e ao todo foram 16 cidades e aldeias em 24 horas. Ataques também contra Debaltsevo, Raivka, Vesela Hora e Sokilnyky, em Lugansk. Incursões armadas ainda contra Dokuchayevsk, Kominternove e Petrovsk.

As forças antifascistas comunicaram que um civil ficou ferido nos confrontos. Kiev disse que dois soldados ucranianos morreram e dois ficaram feridos.

A experiência das lideranças antifascistas diante das duas tentativas anteriores do regime de Kiev de resolver a crise pela via militar levou-as a optar pela imediata evacuação de civis, porque as tropas ucranianas estavam fazendo disparos com calibre 122 mm (alcance 20-40 km), ameaçando diretamente as duas maiores cidades do Donbass, Donetsk e Lugansk, que ficam respectivamente a sete e a doze quilômetros da linha de separação de forças.

Kiev mantém 150 mil soldados na linha de separação de forças no sudeste ucraniano e foi entupido de armas por Washington e outros cúmplices.

Até o cessar-fogo negociado em Minsk em 2015, mais de 13 mil pessoas foram mortas e 44 mil ficaram feridas nas tentativas de Kiev de esmagar os falantes de russo e antifascistas. Até a manhã de sábado, 36 mil civis já tinham cruzado a fronteira e chegado a Rostov, de ônibus ou de automóvel.

Na Davos da Segurança, a conferência de Munique deste fim de semana, acabou virando um circo em que o governo Biden tentou o máximo que pôde insuflar a guerra nas fronteiras russas, instigando os xenófobos antirussos de Kiev e os neonazis a promoverem uma limpeza étnica no Donbass, acusando pela enésima vez a Rússia de pretender “invadir a Ucrânia”, que vem sendo requerida diariamente em um ato de ‘terrorismo informacional’, e buscando coesionar o G7 para suas sanções “do inferno” contra a Rússia.

### UCRÂNIA RECUSA ACORDOS DE PAZ

A recusa do governo de Kiev de cumprir com a obrigação estabelecida pelos Acordos de Minsk e por resolução do Conselho de Segurança da ONU de que negocie diretamente com a liderança do Donbass a saída pacífica para a crise, conforme roteiro já definido, foi motivo de discussão entre o ministro das Relações Exteriores russo, Sergei Lavrov, e seu homólogo francês, Jean-Yves Le Drian, no sábado. No domingo, Putin e o presidente francês Emmanuel Macron voltaram a conversar por telefone.

Lavrov observou a falta de progresso na resolução do conflito interno ucraniano devido à teimosa relutância de Kiev em cumprir integralmente os requisitos dos acordos de Minsk, incluindo o diálogo direto com representantes de Donetsk e Lugansk e consagrando o status especial de Donbass na constituição da Ucrânia.

Lavrov também disse ao chefe da diplomacia francesa que a Ucrânia continua realizando provocações militares no Donbass. “Enfatizou-se que Kiev se recusa desafiadoramente a cumprir suas obrigações sob o ‘Pacote de Medidas’ de Minsk, acumula forças militares na linha de contato no Donbass, realiza uma campanha de militarização da população e continua as provocações armadas”, disse o ministério russo.

Na sexta-feira, Putin havia reiterado a Kiev que se reunisse com o Donbass e garantisse a paz, e claro, reafirmando que é inaceitável para a Rússia a anexação da Ucrânia pela Otan e, ao contrário, o que a Rússia quer é a restauração da segurança coletiva indivisível e o retorno da Otan às posições de 1997, ano da assinatura do acordo Rússia-Otan.

“A garantia de que a paz pode ser restaurada vem com a implementação dos acordos de Minsk”, disse o presidente russo. “Tudo o que Kiev precisa fazer é sentar-se à mesa de negociações com representantes do Donbass e concordar com medidas políticas, militares, econômicas e humanitárias para acabar com este conflito. Quanto mais cedo acontecer, melhor.”

Na conferência de Munique, o tom de histeria foi a tônica de boa parte das intervenções. A Rússia este ano não participa por considerar que deixou de ser inclusiva e virou um clube de “transatlantistas”. Foi em Munique que, há 15 anos, Putin fez seu famoso discurso, anunciando que o mundo unipolar chegara ao limite. Agora, o que o mundo vive é, exatamente, a transição para um mundo multipolar e de futuro compartilhado, recentemente anunciado no comunicado conjunto Putin-Xi Jinping no dia da abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno Pequim 2022.

Para Moscou, toda essa histeria sobre a “invasão iminente” da Ucrânia é uma forma de encobrir a sabotagem de Kiev aos acordos de Minsk que assinou e quer rasgar, ao mesmo tempo em que serve para fugir da discussão sobre as garantias legais e juridicamente válidas de segurança de parte dos EUA e da Otan, que de outra forma terão que ser garantidas — o que se há de fazer — por meios “técnicos-militares” concernentes.

A China manifestou seu apoio às justas reivindicações de segurança da Rússia na Europa e exortou à aplicação dos acordos de Minsk na Ucrânia e prevalência do diálogo.

No dia 16, quando não houve a “invasão russa” marcada por Washington e sua mídia alistada, na Ucrânia — e no mundo inteiro — houve uma sensação de alívio.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# Rússia na ONU: ação dos EUA é para fabricar clima de guerra na Ucrânia



Virshinin, vice-ministro do Exterior da Rússia diante do CS da ONU

## Ameaça de guerra na Europa e ascensão da propaganda hostil nos EUA, por Pilger

JOHN PILGER

“Os ucranianos de língua russa, sob bloqueio econômico de Kiev durante sete anos, estão lutando pela sua sobrevivência. A acumulação de tropas de que raramente ouvimos falar são as 13 brigadas do exército ucraniano que cercam o Donbass: estimadas em 150.000 soldados”

A profecia de Marshall McLuhan de que “o sucessor da política será a propaganda” aconteceu. A propaganda hostil é agora a regra nas democracias ocidentais, especialmente nos EUA e na Grã-Bretanha.

Em questões de guerra e paz, a fraude ministerial é agora publicada como notícia. Os fatos inconvenientes são censurados, os demônios são alimentados. O modelo é a manipulação corporativa, a moeda da época. Em 1964, McLuhan declarou, famoso, “O meio é a mensagem”. Agora a mentira é que é a mensagem.

Mas será isto novo? Faz mais de um século que Edward Bernays, o pai da manipulação, inventou as “relações públicas” como capa para a propaganda de guerra. O que é novo é a virtual eliminação da dissidência no jornalismo de referência.

O grande editor David Bowman, autor de The Captive Press [‘A Imprensa Captiva’], chamou a isto “uma defenestração de todos os que se recusam a seguir uma linha e a engolir o intragável e são corajosos”. Ele se referia a jornalistas independentes e



Tropas ucranianas na linha de contato com o Donbass

denunciando, os honestos a quem as organizações de mídia outrora davam espaço, muitas vezes com orgulho. O espaço foi abolido.

A histeria de guerra que se instalou como uma onda de maré nas últimas semanas e meses é o exemplo mais marcante. Conhecida pelo seu jargão, “moldar a narrativa”, muito, se não a maior parte, é pura propaganda.

Os russos estão chegando. A Rússia é pior do que má. Putin é maligno, “um nazi como Hitler”, salivou o deputado trabalhista Chris Bryant. A Ucrânia está prestes a ser invadida pela Rússia — esta noite, esta semana, na próxima semana. As fontes incluem um ex-propagandista da CIA que agora fala pelo Departamento de Estado dos EUA e não apresenta provas das suas afirmações sobre as ações russas porque “vêm do Governo dos EUA”.

A regra da não-evidência também se aplica em Londres. A ministra das Relações Exte-

riores britânica, Liz Truss, que gastou £500.000 de dinheiro público a voar para a Austrália num avião privado a fim de avisar o governo de Camberra de que tanto a Rússia como a China estavam prestes a atacar, não apresentou qualquer prova. Cabeças nos antípodas acenaram que sim; a “narrativa” ficou incontestado. Uma rara exceção, o ex-primeiro-ministro Paul Keating chamou “demente” ao belicismo de Truss.

Truss confundiu alegremente os países do Báltico com os do Mar Negro. Em Moscou, disse ao ministro das Relações Exteriores russo que a Grã-Bretanha nunca aceitaria a soberania russa sobre Rostov e Voronezh — até lhe ter sido assinado que estes lugares não faziam parte da Ucrânia, mas sim da Rússia. Leia a imprensa russa sobre a palhaçada desta pretendente ao nº 10 da Downing Street e o seu recuo.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

## Nicarágua: jornalista opositor é condenado a nove anos de prisão pelo regime de Ortega

Um jornalista esportivo nicaraguense foi condenado nesta quarta-feira (16) a nove anos de prisão pelo delito de conspirar contra a integridade do país, em mais um dos julgamentos extemporâneos movidos pelo governo de Daniel Ortega e de sua esposa Rosario Murillo contra opositores.

Divulgada por uma frente humanitária, a informação foi repercutida pelo La Jornada, importante jornal mexicano, que tem ampliado o isolamento do regime ditatorial com notícias sobre o que vem ocorrendo no país centro-americano.

“O Judiciário condenou o jornalista Miguel Mendoza a nove anos de prisão e à inabilitação de cargos públicos por conspirar para minar a integridade nacional”, denunciou o Centro Nicaraguense de Direitos Humanos (Cenidh) em sua conta no Twitter.

Durante o julgamento, ocorrido no dia 8 de fevereiro, o cronista esportivo com mais de 30 anos de experiência se declarou orgulhoso de ser jornalista independente e de estar ao lado do povo nicaraguense na luta pela democracia e a Justiça.

De acordo com seus familiares, Mendoza encontra-se de castigo, completamente isolado em uma cela da Direção de Auxílio Penal (DAP) desde junho do ano passado, com a condição de saúde bastante deteriorada pela péssima qualidade dos alimentos que recebe, padecendo inclusive de frio por não contar sequer com uma coberta.

Mendoza é um dos 46 o-



Jornalista da oposição Miguel Mendoza

sitores detidos no ano passado, a maioria antes das eleições de novembro, entre os quais os sete principais candidatos à presidência contrários ao governo. Na oportunidade, o mandatário conquistou seu quarto mandato consecutivo desde que voltou ao poder em 2007.

Entre os presos se encontrava o comandante da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), Hugo Torres, responsável por duas ações heroicas que libertaram o próprio Ortega do cárcere ditatorial de Somoza, em 1974, e do líder Tomás Borge, em 1978. Atualmente líder opositorista, Hugo Torres morreu no último sábado (12), aos 73 anos, após ser transferido da prisão para um hospital por uma doença não especificada, conforme comunicado do Ministério Público. Suas condições de saúde também se encontravam bastante precárias, conforme haviam alertado as organiza-

ções humanitárias.

### AUDIÊNCIA FECHADA

Como tem sido prática no atual governo, o cronista esportivo foi considerado “culpado” na semana passada em uma audiência fechada na Diretoria de Assistência Judicial (DAJ, investigação) da polícia de Manágua.

“Nos últimos anos, Mendoza tem compartilhado suas opiniões políticas sobre a situação dos direitos humanos e criticado o governo” nas redes sociais, onde tinha milhares de seguidores, relatou o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), que vinha se manifestando pela necessidade de sua imediata libertação.

Antes de ser capturado, em dezembro de 2018, Miguel Mendoza e sua esposa tinham sofrido um estranho assalto em que cinco homens armados lhe colocaram de joelhos antes de levarem sua camionete, três celulares e um notebook.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

“ Cenários militares apresentados pelo secretário de Estado dos EUA mostram uma histeria lamentável e perigosa”, denunciou o vice-ministro do Exterior da Rússia

O vice-ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Vershinin, afirmou, na reunião de quinta-feira (17) do Conselho de Segurança da ONU sobre as tensões na Ucrânia, que os cenários militares apresentados pelo secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, são “lamentáveis e perigosos”.

A exposição de Blinken apontando que Washington acredita que a Rússia tentaria “fabricar” um pretexto para “invadir” a Ucrânia, alegando que Moscou estava se preparando para realizar tal ação militar nos “próximos dias”, equivalem à “histeria” de autoridades do Ocidente, ressaltou.

Elencando cenários inventados que poderiam ser usados para suas suposições, Blinken tinha declarado: “Pode ser um suposto bombardeio terrorista fabricado dentro da Rússia, a descoberta inventada de uma vala comum, um ataque de drone contra civis ou um ataque falso — até mesmo real — usando armas químicas”. “A Rússia pode descrever este evento como uma limpeza étnica ou um genocídio”, falou.

Vershinin sublinhou que a conversa de Blinken era “perigosa” e que as alegações de que a Rússia planejava “invadir” a Ucrânia eram “infundadas”, acrescentando

que tropas russas já estavam se afastando da fronteira depois de concluir os exercícios. “Estamos prontos para um diálogo muito sério, não um diálogo imaginário”, apontou. Na mesma reunião, Vershinin também responsabilizou a tensa situação atual pelas supostas violações de Kiev do acordo de cessar-fogo de Minsk de 2015, destinado a trazer a paz à região do Donbass.

“A Ucrânia se recusa obstinadamente a implementar as disposições dos Acordos de Minsk”, frisou Vershinin no Conselho.

Na quinta-feira, a Rússia acusou Washington de não dar uma “resposta construtiva” aos pontos básicos de medidas elaboradas por Moscou sobre garantias de segurança.

“A exigência de que a Rússia retire tropas de certas áreas de seu próprio território e a ameaça de sanções mais duras são inaceitáveis e prejudiciais às perspectivas de alcançar acordos reais”, disse o Ministério das Relações Exteriores da Rússia.

“Com a ausência de disposição dos EUA para concordar com garantias firmes e juridicamente vinculativas para garantir a segurança da Rússia, Moscou será forçada a responder, inclusive através da implementação de medidas técnico-militares”, concluiu o Ministério.

## Revista alemã Der Spiegel prova que Estados Unidos mentem sobre a ‘expansão da Otan para leste’

A revista alemã Der Spiegel noticiou a descoberta de um documento de arquivo, que reforça a afirmação das autoridades russas de que quando a Alemanha foi unificada, foi prometido à União Soviética que a Otan não se expandiria para o leste, o que tem sido ressaltado pelo presidente russo Vladimir Putin, e que emba- seriedade das propostas russas para a restauração da segurança coletiva indivisível na Europa e fim da expansão da Otan até às fronteiras russas.

Como observa Der Spiegel, fica claro no documento que os britânicos, norte-americanos, alemães e franceses concordaram que a adesão do Leste Europeu à Otan era “inaceitável”.

Textualmente está registrado que “não podemos oferecer à Polónia e aos demais a adesão à Otan”.

Há inclusive a declaração do representante norte-americano nessas negociações, Raymond Seitz, de que “a Otan não deve se expandir para o leste, nem formalmente nem informalmente”.

Mais uma comprovação do que vem sendo denunciado por Putin de que a Rússia foi “descaradamente enganada” pelos países ocidentais, que prometeram que a Otan não se expandiria “nem um centímetro para leste”.

O documento, ainda segundo Der Spiegel, foi descoberto nos Arquivos Nacionais Britânicos pelo cientista político norte-americano Joshua Shiffrin, professor da Universidade de Boston. Anteriormente, o documento era classificado como “Segredo”, mas depois foi desclassificado.

Pode-se considerar que o destaque dado pela Der Spiegel a um documento que prova que os russos estão certos na questão da “não expansão da Otan para leste” é um sintoma da enorme luta política nos altos escalões de Berlim sobre o que fazer — inclusive quanto ao gasoduto Nord Stream 2.

Trata-se da ata da reunião dos diretores políticos dos Ministérios das Relações Exteriores dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Alemanha, realizada em Bonn em 6 de março de 1991, cujo tema era a segurança na Europa Central e Oriental.

Segundo o documento, o diretor político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, Jurgen Hrobog, argumentou da seguinte forma: “Deixamos claro nas negocia-

ções 2 mais 4 (sobre a unificação da Alemanha, com a participação da RF e da RDA, bem como os EUA, URSS, Grã-Bretanha e França) que não estamos expandindo a OTAN para além do Elba (o texto esclarece ainda que não estamos falando sobre o Elba, mas sobre o rio Oder). Portanto, não podemos oferecer à Polónia e aos demais a adesão à Otan”.

De acordo com Jurgen Hrobog, esta posição foi acordada com o chanceler federal Helmut Kohl e o ministro das Relações Exteriores Hans-Dietrich Genscher.

Telegrama com dados da Ata prova que a posição de Raymond Seitz, pelos EUA, é contra qualquer expansão da Otan para o leste

O representante dos EUA, Raymond Seitz, diz o documento, concordou: “Deixamos claro para a União Soviética — nas negociações de 2 mais 4, bem como em outras negociações — que não pretendemos nos beneficiar da retirada das tropas soviéticas do leste Europa... A Otan não deve se expandir para o leste, nem formalmente nem informalmente”.

Acrescenta o documento recém encontrado que os participantes da reunião concordaram em fortalecer a estabilidade e a segurança da Europa Central e Oriental por meio de acordos bilaterais com os países da região e no âmbito da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE).

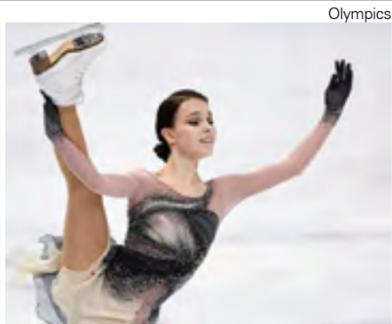
Assim — e essa não é a única prova de que houve tal promessa de não expansão a leste da fronteira alemã — fica reafirmada o embaixador russo em sua exigência de que cesse a expansão da Otan até suas fronteiras, de que a crise na Ucrânia é no momento a ferida mais aberta.

Numa coletiva anual de imprensa em dezembro de 2021, Putin expôs toda a verdade que Washington e a Otan tentam abafar. “Nem um centímetro a leste”, nos disseram nos anos 90. E daí? Eles trapacearam. Eles apenas nos enganaram descaradamente: cinco ondas de expansão da OTAN e agora, agora sistemas de ataque estão aparecendo na Polónia e na Romênia”.

Como Putin assinalou, a Rússia se opôs repetidamente à expansão da Otan para leste, referindo-se às promessas relevantes dos países ocidentais.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# China está vencendo a guerra de sanções iniciada por Washington



**Anna Scherbakova conquistou o ouro Rússia conquista ouro e prata na patinação artística dos Jogos de Inverno de Pequim**

A determinação de vencer a hostilização contra a patinadora mais completa de sua geração, Kamila Valieva pressionada por manobras para retirá-la da competição dos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim 2022, sob acusação de doping, estava estampada no semblante de suas duas colegas da equipe de patinação da Rússia, Anna Scherbakova e Alexandra Trusova.

A apresentação de Scherbakova fez jus ao histórico de graça e talento da patinação feminina no gelo da Rússia, em uma sequência impecável de saltos combinados com veloz desempenho no solo, lhe valeu o ouro, que vem se juntar ao seu título da campeã mundial em 2021.

A prata ficou para Trusova, que foi inédita na história da patinação com a execução de cinco saltos quádruplos em uma única apresentação.

**KAMILA VALIEVA**

Já a favorita, Kamila Valieva, de apenas 15 anos de idade e que entrou no ringue ao som do estimulante Bolero de Ravel, acabou mostrando o efeito da pressão exercida por uma postura rufosfóbica, da Agência Mundial Anti-Doping (WADA), que só não conseguiu o seu intento de retirar a patinadora da competição devido à lucidez da Corte de Arbitragem do Esporte (CAS), que considerou insuficiente o caso de exclusão apresentado pela WADA, em combinação com o Comitê Olímpico, devido a localização de uma substância usada contra problemas cardíacos em uma amostra, cujo resultado só foi entregue na antevéspera da disputa na modalidade de Valieva.

Ela teve, no entanto, que enfrentar horas de arguição, com tempo exíguo para organizar sua defesa. Como afirmaram os líderes do Comitê Olímpico Russo e reconheceram os juizes do CAS, não houve tempo hábil para que Valieva e sua equipe reunissem os elementos requeridos para comprovar a limpeza da patinadora. Também não chegou a tempo o resultado da contraprova, que poderia isentar Vanlieva de qualquer acusação de doping.

Ainda assim, o presidente da WADA, Witold Banka, se saiu com uma declaração histórica horas antes do julgamento: “Dopar crianças é mau e imperdoável, e os médicos, técnicos e outro pessoal de apoio contra os quais tenha-se encontrado que forneceram drogas para fortalecer performance devem ser banidos por toda a vida e pessoalmente, também penso que deveriam estar na prisão”.

O porta-voz do Comitê Olímpico Internacional, Mark Adams, seguiu a campanha da WADA para dizer que não haveria cerimônia de entrega de medalhas no caso de Valieva vencer a competição e que ela não receberia a medalha de ouro.

Tudo isso pesou sobre os ombros de Valieva que acabou tendo três tropeços durante sua apresentação e indo duas vezes ao chão. Mesmo assim, o conjunto dos movimentos e a destacada pontuação obtida no programa da véspera lhe valeram a quarta posição.

A colocação das competidoras ficou assim: 1º lugar, Anna Scherbakova com 255,95 pontos/ 2º lugar com Alexandra Trusova, com 251,73/ 3º lugar foi para a japonesa Kaori Sakamoto, 233,13 pontos e quarto, Valieva, 224,09.

O jornalista Rick Sterling foi um dos que se insurgiu contra a sabotagem da qual foi vítima Kamila Vaieva: “Alguns analistas acreditam que as acusações contra a Rússia e atletas russos fazem parte da campanha de guerra híbrida do Ocidente contra a Rússia”.

Leia mais na matéria relacionada, com detalhes sobre a sordida manobra engendrada pela WADA atendendo a interesses da campanha desencadeada pela Casa Branca



**Em comércio, crescimento econômico e inflação a China está no topo e as sanções dos EUA falharam miseravelmente, afirma o economista John Ross**

## Jogos de Inverno de Pequim são encerrados no Ninho de Pássaro com desfile de 2 mil atletas

Os Jogos Olímpicos de Inverno de 2022 chegaram ao fim no Estádio Nacional de Pequim (o Ninho de Pássaro) na noite de domingo (20), após mais de duas semanas de competições em 109 eventos de 15 modalidades em sete esportes nas três zonas de competição de Pequim, Yanqing e Zhangjiakou.

“Os verdadeiramente excepcionais Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim 2022 foram o início de uma nova era para o esporte de inverno global”, disse o presidente do Comitê Olímpico Internacional, Thomas Bach, que estava ao lado do presidente chinês Xi Jinping na cerimônia.

Observando que os Jogos aconteceram quando o mundo viu “altas tensões políticas”, Bach disse que o sucesso dos Jogos provou que as Olimpíadas transcendem as disputas políticas.

Em entrevista ele assinalou que o que mais o impressionou em Pequim 2022 foram os momentos em que “atletas ucranianos e russos se abraçaram”, quando “atletas chineses ofereceram sinais de aflições para seus colegas americanos para mostrar sua hospitalidade” e quando atletas “aplaudiram os voluntários chineses dos Jogos”.

Dos 2.871 atletas que participaram dos Jogos de Inverno de 2022, mais de 2 mil desfilaram na cerimônia de encerramento – o triplo do que esperava o diretor-chefe da cerimônia, Zhang Yimou, que chamou o evento de uma “grande festa” para os atletas.

A anfitriã China bateu seu recorde de participação em jogos de inverno, conquistando nove medalhas de ouro e 15 no total. A Noruega estabeleceu um novo



**Noruega liderou com 16 medalhas de Ouro, Alemanha, vice com 12 de Ouro; China ficou em 3º lugar com 9 de Ouro e EUA seguiu o 4º lugar com 8 de Ouro**

recorde de todos os tempos ao garantir 16 ouros e 37 no total, enquanto a Alemanha, que dominou as competições de deslizamento, conquistou 12 ouros e 27 no total.

Como registrou o Global Times, “com uma espetacular cerimônia de encerramento dos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim 2022 no domingo, Pequim, a primeira cidade olímpica dupla do mundo, deu um ‘adeus agridoce’ e proporcionou inúmeras lembranças inesquecíveis para atletas e fãs de todo o mundo”.

Como prometido – acrescentou –, a cerimônia de encerramento foi “repleta de romance ao estilo chinês, exibições futuristas e mensagens de solidariedade e esperança”.

Os Jogos de Pequim, realizados sob as difíceis condições da pandemia de Covid, mereceram elogios generalizados entre os atletas participantes, que ficaram por duas semanas na ‘bolha’ olímpica instalada pela China e que

deu conta dos desafios.

27 mil voluntários chineses ajudaram os Jogos de Inverno de 2022 a serem um sucesso. “Eles demonstraram o Espírito Olímpico. Eles foram embaixadores da amizade, compreensão e paz”, disse Bach.

Em seu discurso, o presidente do COI saudou que atletas de países divididos por conflitos se respeitaram, apoiaram e se abraçaram nos últimos 16 dias. “Você superaram essas divisões, demonstrando que nesta comunidade olímpica somos todos iguais – independentemente de nossa aparência, de onde viemos ou em que acreditamos”, disse Bach. “Esse poder unificador dos Jogos Olímpicos é mais forte do que as forças que querem nos dividir: você dá uma chance à paz”, acrescentou o presidente do COI, pedindo aos líderes políticos de todo o mundo que sigam o exemplo dos atletas.

Leia mais no site do HP



**‘Instrutor’ do Batalhão Azov com sua inconfundível insígnia nazista das SS simula treinamento da ‘vovó da Kalashnikov’ (Divulgação) Mídia dos EUA aplaude neonazistas na Ucrânia**

Em meio aos esforços por criar uma história de massa sobre a “invasão russa da Ucrânia” a mídia dos países centrais deu enorme publicidade no início da semana à cena de uma idosa ucraniana que “treina para enfrentar os invasores russos”, enquanto faziam de conta que nada haveria de especial em que tal adestramento estivesse sendo dado nada menos do que pelo “Batalhão Azov”, de notórias credenciais neonazistas.

Aliás, o Batalhão Azov – que está concentrando junto a Donbass rebelado – usa como insígnia a ‘wolfangel’, uma runa que costumava decorar os tanques da SS Panzer-Division “Das Reich”.

“Quando o Batalhão Azov, um

poderoso e conhecido grupo de extrema-direita, organizou o que parece ter sido um espetáculo da mídia sob o pretexto de treinar civis em habilidades militares básicas, muitos meios de comunicação ocidentais se tornaram idiotas úteis para o neonazismo”, registrou o historiador Amar.

O próprio FBI chamou anteriormente o Azov de “unidade paramilitar associada à ideologia neonazista e símbolos nazistas”, acrescentando que seus membros estão envolvidos no treinamento e radicalização de chauvinistas brancos nos Estados Unidos

“Dessa forma, o progra-

ma “Eyewitness News” de Nova York na ABC7NY mostrou imagens do treinamento que mostram claramente o brasão de um instrutor com o símbolo “Wolfangel”, uma runa germânica usada pela SS nazista e adotada também por Azov. No entanto, o programa não ofereceu nenhum comentário sobre essa imagem realmente impressionante e ofensiva”.

Em nome do combate “a Putin”, apesar de admitir saber que o Azov é neonazista, cobertura do Daily Mirror inglês repete a encenação.

Leia mais no site da Hora do Povo

Desde 2019 o PIB da China cresceu 10,5% e o dos EUA, 2,1%; o superávit comercial subiu de US\$ 420 bi para US\$ 676 bi em quatro anos e a inflação dos EUA atingiu 7,5% enquanto a chinesa está em 1,5%. Mesmo sob sanções, Pequim está goleando de 3 a 0

“Novos números mostram que, em comércio, crescimento econômico e inflação, a China está no topo e as sanções dos EUA falharam miseravelmente”, afirma John Ross, ex-diretor de política econômica e empresarial do prefeito de Londres e membro sênior do Chongyang Institute for Financial Studies da Renmin University da China.

Para Ross, a notícia de que a inflação norte-americana atingiu seu maior nível em 40 anos, 7,5% em janeiro, “é o indicador mais explícito de graves problemas em sua economia. O aperto monetário que será usado para tentar controlar isso vai desacelerar a economia dos EUA” e inevitavelmente se espalhar com grandes efeitos sobre a economia mundial.

O economista observa que essa inflação muito alta “é particularmente significativa quando comparada à inflação de 1,5% na China”, seu principal concorrente econômico, no mesmo mês. “A inflação dos EUA é cinco vezes maior que a da China”.

### INFLAÇÃO

Ross assinala que esses níveis relativos de inflação têm efeitos extremamente restritivos na política econômica americana – “ela será forçada a implementar medidas para desacelerar sua economia”. Em contraste – acrescenta –, “a China, cuja economia já está crescendo mais rápido que a dos EUA, tem espaço para mais estímulos econômicos sem repercutir nas pressões inflacionárias”.

Mas este é apenas um dos sintomas que os EUA sofreram em uma severa derrota econômica em sua competição com a China, ressalta o economista. Para quem isso irá acarretar grandes consequências políticas “tanto nos EUA quanto internacionalmente”.

Analisando primeiro a situação política doméstica dos EUA, sublinha Ross, “não é de surpreender que essa alta inflação tenha levado à queda dos padrões de vida da esmagadora maioria da população e minou drasticamente o apoio ao governo de Biden”.

As últimas pesquisas de opinião médias mostram que 54% dos americanos desaprovam o governo Biden, em comparação com apenas 40% de aprovação, acrescentou.

“A situação econômica é a principal força motriz por trás da queda do apoio de Biden. Pesquisas mostram que 68% dos americanos consideram a economia o problema mais importante que enfrentam, quase o dobro daqueles que citaram o Covid (37%)”.

“Por trás desses problemas políticos está a realidade de que os EUA sofreram uma séria derrota na guerra econômica que lançou contra a China”, destaca Ross

Ele rememora como em 2018, os EUA “iniciaram sua ofensiva comercial impondo unilateralmente tarifas contra as importações chinesas”.

Cujo objetivo era “reduzir o déficit da balança comercial dos EUA e reconstruir sua indústria manufatureira”, assinala Ross. “Mas os dados deixam claro que os EUA também não conseguiram”.

O economista registra como o déficit da balança comercial de bens dos EUA subiu em 2021 para US\$ 1,078 trilhão, quando em 2017, último ano antes de os EUA lançarem sua guerra comercial, era de US\$ 792 bilhões.

No que tange à China, “os EUA, apesar de suas tarifas, conseguiram reduzir apenas ligeiramente seu déficit comercial bilateral de bens – de US\$ 375 bilhões em 2017 para US\$ 355 bilhões em 2021”.

Simultaneamente – ressalta o economista –, o déficit comercial dos EUA com o resto do mundo “disparou de US\$ 417 bilhões a US\$ 723 bilhões”. Em suma, a tentativa dos EUA de reduzir seu déficit comercial “foi um completo fracasso”.

Sequer os EUA conseguiram prejudicar o comércio geral da China. “O superávit comercial de Pequim subiu

de US\$ 420 bilhões em 2017 para US\$ 676 bilhões em 2021”. No ano passado, as exportações e importações da China “aumentaram 30%”.

“Essa derrota abrangente dos EUA na guerra comercial foi acompanhada por um fracasso igualmente grande em seu desempenho econômico geral em comparação com a China”, aponta Ross.

“Entre 2017 e 2021, a economia dos EUA cresceu 7,3%, enquanto a da China cresceu 25,1% – três vezes mais”.

Desde o início da pandemia de Covid, o desempenho econômico dos Estados Unidos em relação à China se deteriorou “ainda mais”. Naturalmente, ambas as economias desaceleraram devido à pandemia, “mas desde 2019 a economia da China cresceu 10,5% e a dos EUA 2,1% – a China cresceu cinco vezes mais que os EUA”.

Não há mistério quanto às razões desse fracasso dos EUA, explica Ross. “Paradoxalmente, a suposta ‘economia capitalista número um’ do mundo dos EUA é cinco vezes maior que a da China”.

Não há mistério quanto às razões desse fracasso dos EUA, explica Ross. “Paradoxalmente, a suposta ‘economia capitalista número um’ do mundo dos EUA é cinco vezes maior que a da China”.

Em 2020 – acrescenta o acadêmico – os últimos dados disponíveis mostram que a “criação líquida de capital dos EUA, depois de levar em conta a depreciação, foi de apenas 1% da Renda Nacional Bruta dos EUA. Isso é menos de 10% de seu nível no auge do boom americano do pós-guerra na década de 1960”.

Esse nível de investimento significa que os EUA estão expandindo pouco seu estoque de capital – consequentemente, seu crescimento econômico é muito lento, disse Ross.

Segundo ele, existem formas racionais e técnicas bem conhecidas de lidar com esses problemas, “mas exigiram mudanças bruscas na política externa e interna de Washington”.

**GASTOS MILITARES DOS EUA**

“O enorme nível de gastos militares dos EUA, US\$ 905 bilhões em 2021, maior do que os próximos sete países juntos, poderia ser drasticamente reduzido, liberando grandes recursos para investimentos – mas isso exigiria o abandono da política externa agressiva dos EUA”, reitera Ross.

Entre as possíveis alternativas o economista aponta que abandonar as tarifas comerciais contra a China que custam centenas de dólares por ano a cada família norte-americana “reduziria a inflação” – mas exigiria “o abandono da guerra comercial agressiva contra a China”.

Ainda segundo Ross, o sistema de saúde “grotescamente ineficiente dos EUA”, usando 19,7% do PIB, mas criando um dos níveis mais baixos de expectativa de vida em qualquer economia avançada, “poderia ser racionalizado, liberando enormes recursos para investimento – mas isso exigiria enfrentar e derrotar grupos de interesses especiais entrenchados”.

Enquanto os EUA não estiverem preparados para realizar mudanças tão importantes, sofrerão um crescimento lento. Enquanto isso, a economia da China continuará a crescer muito mais rapidamente. A derrota econômica dos EUA pela China na guerra comercial e a forma como lidou com as consequências econômicas da pandemia de Covid são apenas as últimas expressões disso.

Para Ross, é “improvável” que essa vitória econômica da China reduza a hostilidade dos EUA. Como um tigre encurralado, os Estados Unidos podem se tornar ainda mais agressivos – como mostrado em suas recentes políticas sobre a Ucrânia e Taiwan –, o que demanda mais dissuasão. Isso é o que a China conseguiu em sua contínua vitória econômica sobre os EUA.

# André Lara Resende: A camisa de força ideológica da macroeconomia - (2)

Continuação da edição anterior

A regulamentação “prudencial” pode efetivamente evitar bolhas de crédito, mas ao tentar contrair o crédito para controlar uma inflação já em curso, o resultado é uma crise de liquidez que paralisa a economia, muito antes de que a inflação seja moderada

ANDRÉ LARA RESENDE

## 3. O CRÉDITO E O EQUÍVOCO DO MULTIPLICADOR BANCÁRIO

**N**o curso básico de economia, aprende-se que o sistema bancário pode conceder empréstimos acima dos depósitos que recebe do público, porque a probabilidade de que venham a ser simultaneamente resgatados é baixa. É a faculdade de manter reservas fracionárias, ou seja, inferiores ao total dos depósitos, que dá origem ao multiplicador bancário. O sistema expande o crédito além dos depósitos do público, uma fração desta expansão retorna como novos depósitos, o que permite nova concessão de crédito. O mecanismo não é ilimitado, o seu teto é dado por uma progressão geométrica cuja razão é função inversa da taxa de vazamento do sistema, ou seja, de créditos concedidos que não retornam como depósitos. Cria-se assim a ilusão de que o crédito bancário expande a moeda a partir de depósitos do público e não da faculdade de ter acesso ao crédito do banco central.

Na realidade, os bancos não dependem de depósitos do público para conceder empréstimos, pois se refinanciam, direta ou indiretamente, através do interbancário, com o banco central. Ao contrário do que sustenta a teoria do multiplicador bancário, os bancos concedem crédito quando avaliam que o risco e o retorno são atrativos, independentemente da evolução dos depósitos do público. O multiplicador bancário inverte a ordem da causalidade. Não é a expansão dos depósitos que leva os bancos a conceder crédito, mas sim a decisão de conceder crédito que expande a moeda. A expansão da moeda então retorna, parcialmente, como depósitos. O equívoco decorre da confusão entre a lógica do fluxo de caixa, na qual se baseia o multiplicador bancário dos livros textos, e a lógica contábil, que permite aos bancos conceder crédito sempre que considerarem o tomador um bom risco, independentemente de sua posição de caixa. Porque têm acesso automático ao crédito do banco central, sempre obrigado a cobrir a insuficiência, assim como a tomar o excesso de reservas, para não perder o controle da taxa básica de juros, seu principal instrumento de política, os bancos não dependem de depósitos do público para expandir seus ativos.

São os limites legais de alavancagem que restringem a concessão de crédito pelos bancos, não a insuficiência de fundos. O acesso ao banco central, obrigado, para não perder o controle da taxa básica de juros, a fornecer de forma passiva os fundos demandados pelo sistema, torna os bancos concessionários do Estado na emissão de crédito e na criação de poder aquisitivo. Individualmente, um banco pode perder a confiança dos seus pares, do público, e ter problema de liquidez, mas o sistema bancário como um todo não corre este risco, pois será sempre refinanciado pelo banco central. Para não perder o controle sobre a taxa básica, o banco central é



obrigado a fornecer a liquidez requerida pelo sistema.

O fato de que o sistema bancário, como concessionário do Estado, independe de depósitos do público para dar crédito é fundamental para compreender grande parte dos equívocos da macroeconomia convencional. Por não considerar a possibilidade de que se possa criar poder aquisitivo, independentemente da existência de poupança prévia, ou seja da existência de renda não consumida, a macroeconomia convencional não é capaz de compreender o papel do Estado e do sistema bancário na criação do crédito puro. Por crédito puro, entende-se a concessão de crédito puramente fiduciário, não lastreado em ativos de valor intrínseco, nem na renda não consumida, isto é, poupada.

Toda a macroeconomia neoclássica pressupõe que não exista a possibilidade de se criar crédito sem lastro. Para a macroeconomia convencional, a concessão de crédito se resume ao ato de transferir de quem teve renda não consumida, ou seja, de quem poupou, para quem deseja consumir ou investir mais do que dispõe. A disponibilidade de poupança, de renda não consumida, armazenada em moeda, depósitos financeiros ou ativos reais, seria condição para a possibilidade de se conceder crédito. O sistema bancário é entendido como mero intermediário dos que têm poupança para os que querem investir, dos que tiveram mais renda do que despesas, para os que pretendem despendem mais do que têm renda. O sistema financeiro seria capaz de utilizar todo tipo de ativos, tudo que possa servir de reserva de valor, como lastro para a concessão de crédito, mas não seria capaz de criar poder aquisitivo sem base num poder aquisitivo previamente existente e não exercido. Esse raciocínio não contempla a possibilidade de o Estado dar crédito puro, não lastreado, e de delegar ao sistema bancário esta faculdade.

## 4. A REFUTAÇÃO DA ORTODOXIA

Na Teoria Geral, Keynes sustentou que o Investimento depende sobretudo do otimismo, dos “animal spirits”, dos empresários, e que a poupança é função da renda. Ambos seriam marginalmente sensíveis à taxa de juros, mas esta era determinada no mercado monetário e não, como supunham os “clássicos”, pelo equilíbrio entre a poupança e o investimento. A tese de que a taxa de juros é determinada pela demanda de fundos para investimentos e a oferta de fundos poupados, conhecida como a



teoria dos “loanable funds”, dos fundos emprestáveis, era dominante até o aparecimento da Teoria Geral de Keynes. Curiosamente, sobreviveu praticamente sem arranhões à vitória do keynesianismo.

O fato de que, na Teoria Geral, Keynes tenha recuado em relação ao entendimento da moeda como unidade de crédito, que havia adotado no Tratado da Moeda, contribuiu para manter viva a teoria monetária clássica e a ideia de que os juros são resultado do equilíbrio entre a poupança e o investimento. Foi o sucesso do diagrama conhecido como IS-LM, uma sinopse didática do argumento da Teoria Geral, de autoria de John Hicks, que selou a sobrevivência da tese de que a taxa de juros é determinada pela poupança e o pelo investimento. A curva IS, onde há equilíbrio no mercado de bens, é aquela onde o investimento, I, iguala a poupança, S. O próprio Hicks se declarou, “com o passar do tempo”, profundamente insatisfeito com a sua simplificação didática da Teoria Geral<sup>(4)</sup>. Pouco importa, a versão esquemática do argumento de Keynes, capturada pelo modelo IS-LM, tornou-se o instrumental básico de todo macroeconomista. Até hoje, depois de aposentada há mais de duas décadas dos cursos avançados, continua a ser ensinada nos cursos básicos de macroeconomia e a pautar a grande maioria dos analistas.

Ainda que a poupança mundial esteja efetivamente em queda, a noção de que há um “savings glut”, um excesso de poupança no mundo, tem sido levantada para explicar as taxas de juros excepcionalmente baixas, desde a crise de 2008<sup>(5) (6)</sup>. O equívoco advém do apego à ideia de que a taxa de juros é determinada pela oferta e demanda de fundos para investimentos. O custo do capital, dado pela taxa de juros, é inversamente correlacionado com o investimento, mas, como argumentou Keynes, as expectativas e o otimismo são muito mais relevantes para a decisão dos empresários.

Equívoco mais grave é considerar que a oferta de fundos para investimentos advém exclusivamente da renda poupada. Tanto o volume dos fundos disponíveis como o seu custo, a taxa de juros, são determinados pela oferta de crédito, que não se restringe à oferta de renda não consumida, ou seja, de poupança. O crédito, como vimos, é criado pelo Estado e pelo sistema bancário que tem acesso ao banco central. O volume de crédito é determinado pelo sistema bancário de forma endógena, acompanhando a percepção de risco e retorno, que é função do grau de otimismo dos negócios. Como analisado por

Schumpeter de forma pioneira em 1911, depois retomado por Hyman Minsky, sem merecer a devida atenção da macroeconomia convencional<sup>(7)</sup>, é a expansão endógena do crédito e a sua reversão brusca, quando o otimismo dos mercados é revertido, que provoca as crises financeiras recorrentes das economias capitalistas.

O Estado, tendo concedido aos bancos o direito de expansão do crédito, não tem alternativa a não ser sancionar a demanda do sistema financeiro, para não perder o controle sobre a taxa de juros, que é hoje o seu principal instrumento de política monetária. Nos anos 1990, ficou evidente que, independentemente de como fossem definidos os agregados monetários, do mais restrito, a base monetária, aos sucessivamente mais abrangentes, M1, M2, M3, M4, não havia uma relação estável entre eles e o nível de preços. Foi também finalmente reconhecido pela macroeconomia convencional que o banco central não tem como controlar os agregados monetários. A taxa básica de juros passou então a ser oficialmente aceita como o principal instrumento dos bancos centrais.

A Teoria Quantitativa, baseada na moeda metálica medieval, quando se poderia falar em um “estoque” de representações metálicas da moeda, foi transportada para o mundo moderno da moeda bancária fiduciária, onde a noção de estoque de moeda não faz sentido. Embora haja correlação entre qualquer conceito de moeda e a inflação, dado que são ambos afetados pelo comportamento dos preços, o sentido da causalidade, segundo a teoria convencional, da moeda para a inflação, está invertido.

Moeda não causa inflação, dado que moeda é apenas o índice do registro contábil dos ativos e passivos na economia. É o aumento dos preços que, por definição, obriga o aumento dos valores monetários. O que é passível de ser controlado, através da regulamentação, é o crédito, não a moeda. A regulamentação “prudencial” pode efetivamente evitar bolhas de crédito, mas ao tentar contrair o crédito para controlar uma inflação já em curso, o resultado é uma crise de liquidez que paralisa a economia, muito antes de que a inflação seja moderada. Diante da perspectiva de quebras generalizadas no sistema financeiro e do colapso da economia, a política contracionista do crédito é sempre revertida, sem qualquer resultado significativo em relação à inflação.

Aposentada a Teoria Quantitativa da Moeda, desapareceu o arcabouço conceitual da atuação do banco central para o controle da inflação. Foi substi-

O economista André Lara Resende. Foto: reprodução Youtube

tuida por uma regra heurística para fixação da taxa de juros. A Regra de Taylor, que determina que a taxa básica deve ser elevada ou reduzida mais do que proporcionalmente ao desvio da inflação em relação à meta, deveria garantir a convergência para a meta da inflação. A suposição implícita é que a alta do juro reduz a demanda e que a contração da demanda, através do aumento do desemprego e da capacidade ociosa, modera a inflação. O argumento está baseado na Curva de Phillips, uma relação inversa entre a inflação e o desemprego, observada nos anos 1950 pelo economista que lhe dá o nome e que passou a ter lugar de destaque na macroeconomia convencional. Desde os anos 1990, no entanto, a relação inversa entre inflação e desemprego praticamente desapareceu, mas permaneceu intocada no repertório da macroeconomia convencional. Na falta de alternativa, continuou a ser invocada para dar validade à Regra de Taylor.

A crise financeira de 2008 deu início a um longo período de deflação no mundo, o que evitou que a Regra de Taylor fosse testada para uma inflação acima da meta, ao menos nos países avançados. Sua adoção com o regime de metas, de forma mais ou menos explícita, em países menos ricos, como Brasil e Argentina, para ficar apenas nos menos problemáticos, seria suficiente para levantar sérias dúvidas em relação à sua eficácia, mas é sempre possível invocar a “irresponsabilidade” de seus políticos como justificativa para o fracasso da ortodoxia monetária. Na segunda metade do século XX, quando estes mesmos países flertaram com a hiperinflação aberta, apesar de repetidamente tentar seguir o receituário monetário da ortodoxia quantitativa prevalemente, ficou claro que a evidência dos fatos nas economias periféricas é insuficiente para desmontar dogmas conceituais estabelecidos na academia dos países centrais.

A desmoralização da nova ortodoxia da Regra de Taylor veio de toda forma, com a inviabilidade prática de taxas nominais de juros negativas. Os bancos centrais dos países avançados, na tentativa de evitar a deflação, chegaram a uma taxa básica nula, atingindo o que então se convencionou chamar de “lower bound”, o seu limite inferior. Impossibilitados de continuar a seguir a Regra de Taylor, foram obrigados a deixar a taxa onde estava, perto de zero. Ao contrário da espiral deflacionária prevista pela teoria, a deflação se estabilizou. Sem a curva de Phillips, o controle da inflação acima da meta através da alta dos juros perdeu sua sustentação conceitual. A evidência recente demonstra que, no caso de uma inflação abaixo da meta, ao estabilizar a taxa de juros, a inflação também se estabiliza. A regra heurística utilizada pelos bancos centrais não tem sustentação empírica para desvios, nem acima nem abaixo, da meta. Como veremos mais à frente, há razões para acreditar que a estabilidade da taxa básica esteja associada à estabilidade da inflação, tanto quando está abaixo, como quando está acima da meta.

## 5. O CRÉDITO DISPENSA A POUPANÇA

A incapacidade de entender a moeda como crédito, como um passivo sem lastro do Es-

tado, cuja aceitação é universal na sociedade, é o que explica os descaminhos da teoria monetária. Desde o início das discussões sobre a possibilidade de se reduzir o lastro metálico da moeda, no século XVII, até as controvérsias entre metalistas e nominalistas, nos séculos XVIII e XIX, sobretudo na Inglaterra, duas grandes correntes de pensamento em relação à moeda se delinearão.

A primeira, a qual Schumpeter apropriadamente chamou de teoria monetária do crédito, considera a moeda um ativo real de valor intrínseco. Considera também o crédito como mera transferência de direitos sobre valores monetários, ou seja, a intermediação de poupadores para investidores. A segunda, denominada por Schumpeter de teoria creditícia da moeda, entende a moeda como um crédito contra o Estado, sem valor intrínseco. A classificação de Schumpeter é particularmente reveladora. Para os que entendem a moeda como um ativo de valor intrínseco, corrente defendida originalmente por John Locke e David Ricardo, não existe a possibilidade de crédito não lastreado em ativos existentes. A própria moeda cunhada pelo Estado precisa ter lastro, ser baseada no acúmulo prévio de metais que sirvam de reserva de valor. Essa visão de que a moeda deve ter valor intrínseco, não pode ser apenas um crédito contra o Estado, se tornou majoritária, a partir do início do século XX. Tornou-se tão dominante que, como observou John Maynard Keynes, suprimiu as teses contrárias “assim como a Santa Inquisição se livrou dos hereges”.

Se o Estado não pode cunhar moedas sem lastro metálico, se precisa acumular metais que servem de reserva de valor para então criar moeda, a sua faculdade de dar crédito sem lastro, de ser o credor primário da sociedade, fica cerceada. Para gastar, o Estado restrito à moeda metálica precisa antes cobrar impostos, ou tomar emprestado, de quem tem poupança. O extraordinário poder de criar, e não apenas de transferir no tempo, poder aquisitivo, que só o Estado possui, fica cerceado. Com a moeda fiduciária o Estado pode criar poder aquisitivo, pode gastar antes de cobrar impostos ou de tomar empréstimos. O Estado é o detentor do poder político, se possui adicionalmente a faculdade irrestrita de criar capital, de criar poder aquisitivo, passa a ser excessivamente poderoso. Acumula o poder financeiro ao poder político.

## 6. A INFLAÇÃO FINANCEIRA

Ao associar todo crédito à prévia existência de poupança, a macroeconomia convencional é incapaz de explicar a inflação de ativos provocada pela expansão do passivo financeiro do Estado. Para que uma alta dos preços de alguns ativos privados possa ocorrer, uma alta da bolsa de valores por exemplo, sem que haja redução proporcional de preços de outros ativos privados, é preciso que haja um aumento do passivo do Estado. Uma alta generalizada dos preços de ativos privados só pode ocorrer se tiver como contrapartida uma alta equivalente dos passivos do Estado, pois o aumento do crédito, que viabiliza a alta dos ativos, tem necessariamente como contrapartida o aumento do passivo do Estado. O resultado é contábil, inescapável numa economia fechada.

Continua na próxima edição